

**PREFEITURA DE SÃO PAULO**

***Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)***

Bruno Covas

*Prefeito da Cidade de São Paulo*

Berenice Maria Giannella

*Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania*

Marisa Fortunato

*Secretária-Adjunta*

Luiz Orsatti Filho

*Chefe de Gabinete*

Jennifer Anyuli Pacheco Álvarez

*Coordenadora de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente*

Ana León

Luciana Elena Vázquez

Marina Luna

Vinicius Duque

*Assessoras/os/es*

Abril Romero

Bryan Sempertegui Rodas

Diego Francisco Ferreira da Silva

Gabriela Mika Tanaka

Isabella Hay Ide

*Estagiárias/os/es*

**CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES**

Diack Samba - *Asensp*

Oriana Jara - *PAL*

Letícia Carvalho - *Missão Paz*

Diego Meriguetti - *Caritas*

Isabel Torres - *CAMI*

Nour Massoud - *Pessoa Física*

Tang Wei - *Pessoa Física*

Yoo Na Kim - *Pessoa Física*

Keder Lafortune - *Pessoa Física*

Ngalula Lorenzo Freddy - *Pessoa Física*

Jean Mulondayi - *África do Coração*

Elissa Fortunato - *Bibliaspa*

Tanya Tshisuaka - *Pessoa Física*

René Barrientos - *Pessoa Física*

Hortense Mbuyi Mwanza - *Pessoa Física*

Elisa Jung - *Pessoa Física*

Presidenta - Jennifer Anyuli Pacheco Alvarez - *SMDHC*

Erika Lipa - Suplente - *SMDHC*

Helio de Oliveira - *SMSP*

Adriano Marques de Camargo - Suplente - *SMSP*

Sylvia Monasterios - *SMC*

Juliana Benvenutti de Andrade - Suplente - *SMC*

Claudete Dias da Silva - *SMDET*

Maria Luiza Mancini do Nascimento - *SMADS*

Silvia Helena Maschesan - Suplente - *SMADS*

Maria Alice Zimmermann - *SME*

Elayne Fernandes Pinheiro - Suplente - *SME*

Suelma Inês Alves de Deus - *SEHAB*

Maria do Carmo Hueso Morales - Suplente - *SEHAB*

Breno Souza de Aguiar - *SMS*

Lucia Helena da Silva-Suplente - *SMS*

**COMISSÃO ORGANIZADORA (COM)**

**Membros da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Imigrantes e dos que participaram do GT Conferência:**

Diego Meriguetti – *Cáritas*

Elissa Fortunato *– Bibliaspa*

Elissa Lai Jung

Isabel Torres – *Centro Pastoral do Migrante (CAMI)*

Beatrice Jemeli Chelimo - *África do Coração*

Keder Lafourtune

Leticia Carvalho – *Missão Paz*

Nour Massaud

Marcelo Hector Fiszner – *Presencia de América Latina*

Paulo Daniel Farah – *Universidade de São Paulo*

Tatiana Belons – *Defensoria Pública do Estado*

Yoo Na Kim

René Barrientos

Diack Samba – *Associação de Senegaleses em São Paulo*

Tanya Tshisuaka

**Membros do Poder Público do Conselho Municipal de Imigrantes**:

Jennifer Anyuli Pachecho Alvarez – *SMDHC*

Adriano Marques de Camargo – *SMSP*

Sylvia Taina Monasterios Sainz – *SMC*

Claudete Dias da Silva – *SMDET*

Rosangela Barbosa Moreira da Silva – *SMADS*

Vera Lúcia Benedito – *SME*

Maria do Carmo Hueso Morales – *SEHAB*

Sávia Cordeiro – *Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI)*

Lúcia Helena da Silva – *SMS*

Heloísa Gomes Aquino – *Coordenação de Políticas para Mulheres (CPM)*

Bruna Svletic – *Coordenação de Políticas para LGBTI (CLGBTI)*

Cecília Scifoni Bascchera – *Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente* (*CPCA*)

Bruno Vicente Pimentel – *Coordenação de Promoção de Igualdade Racial* *(CPIR)*

Gabriela da Silva Leite – *Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa (CPI)*

Giulia Pereira Patitucci – *Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua* *(CPPR)*

**Membros convidados: imigrantes e/ou pessoas representantes de organizações, associações, coletivos de Imigrantes e/ou que trabalham com a temática migratória:**

Rocio Quispe Yujra - *Coletivo Sí, yo puedo!*

Corina Demarchi - *Equipe de Base Warmis*

Akon Patrick - *União Social dos Imigrantes Haitianos*

Thais La Rosa - *Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante*

Jenny Margoth De la Rosa - *Miredes*

Diana Soliz Soria de Garcia - *Sindicato das domésticas do setor de imigrantes*

Yury Puello Orozco - *CONIC*

Demis Menéndez Sánchez - *Sarau das Américas*

Juan Cusicanki - *Kollasuyu Maya*

Mariela Cantú - *Colectivo Feminista de Argentinxs en Sao Paulo*

Rocio del Pilar Bravo Shuna - *Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas e Bissexuais MILBI*

Ruth Myrian Camacho Kadluba - *Associação Cultural Folclórica Bolívia Brasil*

Cleide Aparecida Vitorino- *Casa das Áfricas*

Moara Pereira de Oliveira - *ProMigra*

Simon Oxy Onguene Efora

Daniela Solano - *Visto Permanente*

Norma Isolda Cubillos Patino

***Apoio técnico e metodológico***

Camila Breitenvieser

Tatiana Waldman

*Consultoria*

Guilherme Otero

Carla Lorenzi

Isabela Montilha

*Organização Internacional para as Migrações - OIM*

**Sumário**

**APRESENTAÇÃO** 6

1. **NOTA INSTITUCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SMDHC)** 7
2. **NOTA INSTITUCIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES (CMI) E COMISSÃO ORGANIZADORA (COM)** 8
3. **NOTA INSTITUCIONAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)** 9
4. **ANTECEDENTES: 1ª CONFERÊNCIA** 10
5. **A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES: SOMOS TOD@S CIDADÃOS** 11
6. **ETAPAS PREPARATÓRIAS DA 2ª CONFERÊNCIA** 13
7. **METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS** 16
8. **NOTAS SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS** 20
9. **EIXOS TEMÁTICOS E PROPOSTAS** 22

Eixo I. Participação social e protagonismo imigrante na governança imigratória local 22

Eixo II. Acesso à assistência social e habitação 26

Eixo III. Valorização e incentivo à diversidade cultural 32

Eixo IV. Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa, e outras formas de discriminação 37

Eixo V. Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços.....................43

Eixo VI. Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional...........................................................................................48

Eixo VII. Acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade..................................................................................54

Eixo VIII. Acesso à saúde integral, lazer e esporte. 59

1. **PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA**..................................................................65
2. **ANEXOS**..................................................................................................................67

Anexo 1 - Lei Municipal 16.478/16, de 8 de julho de 2016 67

Anexo 2 - Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016 71

Anexo 3 - Resolução n° 01/CMI/2019......................................................................83

# 

# **APRESENTAÇÃO**

Este documento trata das principais informações sobre a **2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos tod@s cidadãos** e tem a finalidade de subsidiar as discussões das/os/es conferencistas durante o encontro, a ser realizado entre os dias 08, 09 e 10 de novembro de 2019.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), é o órgão responsável por articular de forma transversal, intersetorial e participativa a Política Municipal para a População Imigrante, instituída pela Lei Municipal 16.478/2016 e regulamentada pelo Decreto 57.533/2016. Desde sua criação em 2013, a SMDHC tem incidido na inserção da população imigrante no exercício cidadão de participação social na cidade, ao considerá-la uma esfera essencial para sua integração local, assim como assume de forma comprometida a implementação de ações que visem uma cidadania integral para todos e todas as imigrantes em São Paulo. Como resultados desse processo, iniciado a partir da 1ª Conferência de 2013, destaca-se a implementação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI, a eleição do Conselho Municipal de Imigrantes, a instituição do “Portas Abertas: Português para Imigrantes” e estruturação de quatro Centros de Acolhida para a população imigrante.

Inicialmente, na presente publicação foram registrados os pronunciamentos institucionais dos órgãos envolvidos diretamente na elaboração deste documento, nomeadamente, a SMDHC da cidade de São Paulo, o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), a Comissão Organizadora da Conferência (COM) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) - agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

O presente caderno também contém os antecedentes construídos pela 1ª Conferência, a contextualização da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos tod@s Cidadãos, a descrição das Etapas Preparatórias, ocorridas entre os meses de agosto e setembro, bem como do processo metodológico e sistematização das propostas elaboradas. Além disso, é possível conferir a programação, bem como a metodologia que norteou a sistematização das propostas e a listagem das propostas-síntese, junto à descrição do processo validado pela COM e o CMI. Por fim, os participantes poderão se apoiar complementarmente nos documentos anexos a este material: (1) Lei Municipal 16.478/2016, (2) Decreto 57.533/2016 e (3) Resolução 01/CMI/2019.

A Conferência tem como objetivo geral promover a participação social das comunidades imigrantes e da população em geral, por meio da discussão ampla, intersetorial e interinstitucional sobre a Política Municipal para a População Imigrante.

# **NOTA INSTITUCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SMDHC)**

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania tem a honra de convidar todas as comunidades imigrantes, pessoas interessadas e instituições parceiras para participar da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes.

A cidade de São Paulo foi historicamente construída por imigrantes de diversas nacionalidades, uma realidade que permanece até hoje, com uma população imigrante de mais de 360 mil pessoas. O fluxo de pessoas de diferentes regiões do mundo foi fundamental para a cidade se tornar o que ela é hoje: uma cidade aberta e que reconhece nessa característica sua força e sua beleza.

A cidade de São Paulo, com sua Política Municipal para a População Imigrante, é uma referência no Brasil e no mundo no desenvolvimento da governança migratória local, intercambiando boas práticas e experiências de sucesso com cidades como Curitiba, Santiago de Chile, Barranquilla, Cochabamba, Buenos Aires, San José de Costa Rica, Montreal, Nova York, Genebra, Grenoble, Paris, Lisboa, Madrid, Gwangju e Accra.

A promoção da participação social e política da população imigrante a nível local é uma prática de destaque, e teve início com a realização da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. As propostas elaboradas nesse espaço participativo fundamentaram a construção da Política Municipal para a População Imigrante. Além disso, também foram criadas as Cadeiras Extraordinárias para imigrantes nos Conselhos Participativos da cidade, foi instituído e eleito o Conselho Municipal de Imigrantes, bem como a Comissão Organizadora da 2ª Conferência.

O slogan da 2ª Conferência, “Somos Tod@s Cidadãos”, procura ressaltar o papel fundamental que as/os/es imigrantes ocupam nesta metrópole cosmopolita e reforçar seus direitos aos serviços públicos, à justiça e à vida digna, bem como à participação social e política, rumo a uma cidadania plena.

*Berenice Maria Giannella*

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

1. **NOTA INSTITUCIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES (CMI) E COMISSÃO ORGANIZADORA (COM)**

O Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), vinculado à SMDHC, é o primeiro órgão colegiado de seu tipo constituído e eleito pelo voto de imigrantes no Brasil, de caráter consultivo e paritário, composto por lideranças imigrantes, representantes de organizações de apoio a imigrantes, organizações de imigrantes e poder público. Seu objetivo consiste em fomentar a participação social nas diversas etapas da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), monitorar seu funcionamento e promover os direitos das pessoas imigrantes.

A Comissão Organizadora (COM) foi constituída a partir de consenso do Conselho e de indicações da sociedade civil, nomeada pela Resolução nº 03/CMI/2019, e tem como tarefas a definição da metodologia para a sistematização de propostas e relatoria; coordenar as estratégias de comunicação e divulgação; realizar a articulação e mobilização; e definir a logística e infraestrutura para a realização da Conferência.

É com grande alegria que a primeira gestão eleita do Conselho (2018- 2020) convocou e tem organizado a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos Tod@s Cidadãos, junto à SMDHC e à COM, em um contexto local que vem trabalhado para o fortalecimento e aprimoramento das políticas públicas municipais para essa população.

O planejamento, construção e organização da 2ª Conferência tem sido um enriquecedor exercício de cidadania e de tomada de decisão, orgulhosamente construído conjuntamente entre o CMI, a COM e a SMDHC. Ao representar as necessidades das mais diversas comunidades imigrantes presentes em São Paulo, as visões das/os/es membras/os/es do Conselho e da COM têm se unido para dar a luz a este importante espaço que reúne as/os/es imigrantes em São Paulo.

É com grande honra que convidamos a sociedade civil e o poder público a ocupar este espaço construído para, com e pelas/os/es imigrantes.

Conselho Municipal de Imigrantes

Comissão Organizadora da Conferência

# **NOTA INSTITUCIONAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)**

Estabelecida em 1951, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Agência da ONU para as Migrações, é a principal organização intergovernamental no campo da migração e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não-governamentais.

Contando com 173 estados-membros, a OIM dedica-se a promover uma migração segura, ordenada e digna para o benefício de todos, migrantes e sociedades de acolhida. Isso é feito fornecendo serviços e consultoria para governos e migrantes.

O Brasil é Estado-membro da organização desde 2004, e atualmente a OIM tem representações em Brasília (DF), Boa Vista (RR), São Paulo (SP), Manaus (AM), Pacaraima (RR) e Curitiba (PR). Atualmente, a organização conta com mais de 150 colaboradores no país.

A Cidade de São Paulo se destaca pela sua diversidade e história permeada pelas migrações internacionais e internas. Hoje, é referência em política migratória municipal no Brasil e no mundo, e foi selecionada junto com Accra, em Gana, e Montreal, no Canadá, para participar da fase piloto do programa Indicadores de Governança Migratória Local (MGI), lançado em outubro de 2019.

A 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes é exemplo de boa prática na integração da população migrante e promoção da coesão social, fomentando parcerias, formulando políticas baseadas em evidências e promovendo os direitos dos migrantes. É com satisfação que a OIM apoia esta iniciativa do Conselho Municipal de Imigrantes e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

*Stéphane Rostiaux*

Chefe de Missão

Organização Internacional para as Migrações (OIM) - Brasil

1. **ANTECEDENTES: 1ª CONFERÊNCIA**

A 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, convocada pelo Decreto Municipal nº  4.476/2013, foi realizada de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2013, em uma iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), por meio da então chamada Coordenação de Políticas para Migrantes. A Conferência foi organizada em conjunto com outras 13 Secretarias Municipais e 14 entidades da Sociedade Civil.

Para a organização, planejamento, mobilização e execução da Conferência Municipal, foi convocada uma Comissão Organizadora Municipal (COM) paritária, oficializada pela Portaria nº 91/2013 da SMDHC, composta por 28 representantes do governo municipal e organizações da sociedade civil.

A Conferência foi antecedida por quatro (4) etapas mobilizadoras e nove (9) etapas livres. As etapas mobilizadoras foram promovidas pela COM e contaram com 80 participantes. Foram realizadas em locais que seguiram o critério de distribuição territorial de imigrantes na cidade. As etapas livres tinham o objetivo de permitir o envolvimento e mobilização de organizações da sociedade civil e outros órgãos municipais. A metodologia para as discussões e elaboração de propostas era definida por cada organização. As etapas livres contaram com a participação de aproximadamente 246 pessoas.

Este processo de mobilização preliminar permitiu a preparação da sociedade para as discussões sobre quatro eixos temáticos, desenvolvidas na própria Conferência, que foram:

I - promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos

II - promoção do trabalho decente

III - inclusão social e reconhecimento cultural

IV - legislação federal e política nacional para as migrações e refúgio.

A 1ª Conferência contou com um total estimado de 695 participantes, de 28 nacionalidades credenciadas. Ao longo do seu processo, foram elaboradas  463 propostas, das quais 57 foram aprovadas na Plenária Final como prioritárias. Por sua vez, estas propostas foram os pilares de trabalho que nortearam o trabalho da Coordenação e a estruturação da Política Municipal para a População Imigrante.

1. **A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES: SOMOS TOD@S CIDADÃOS**

A  2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes é o evento de participação social da população imigrante mais importante da cidade de São Paulo, que será realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2019 na Faculdade Zumbi dos Palmares. A Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) instituída pela Lei Municipal n° 16.478/2016 e regulamentada pelo Decreto Municipal n° 57.533/2016, define que a PMPI “será implementada com diálogo permanente entre o poder público e a sociedade civil, em especial por meio de audiências, consultas públicas e conferências”.

O Conselho Municipal de Imigrantes (doravante Conselho), órgão consultivo vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, composto por 32 representantes, 16 titulares e 16 suplentes, entre a sociedade civil e o poder público, convocou a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, por meio da Resolução 01/CMI/2019. Para a organização, planejamento, mobilização e execução da Conferência Municipal, foi convocada uma Comissão Organizadora (COM), composta por 47 representantes do governo municipal e organizações da sociedade civil.

***Objetivos da Conferência***

1. Aprofundar o debate sobre imigração;
2. Monitorar, avaliar, aprimorar, e fortalecer a Política Municipal para a População Imigrante;
3. Elaborar propostas e diretrizes que fundamentem as políticas públicas para a população imigrante;
4. Propor bases para a criação de um Plano Municipal;
5. Ampliar e promover formas de institucionalização das políticas públicas para a população imigrante, e promover a participação social e política de imigrantes.

Os eixos da Conferência também foram definidos pelo Conselho Municipal de Imigrantes e sua função é organizar a forma como os debates serão feitos durante a Conferência e suas etapas preparatórias.

***Eixos temáticos***

1. Participação social e protagonismo imigrante na governança imigratória local
2. Acesso à assistência social e habitação;
3. Valorização e incentivo à diversidade cultural;
4. Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa, e outras formas de discriminação;
5. Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços;
6. Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional;
7. Acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade;
8. Acesso à saúde integral, lazer e esporte.

Além dos 8 eixos definidos para a Conferência, temas transversais deverão ser levados em conta em todos os debates.

***Temas Transversais aos Eixos***

1. Aprimorar o atendimento à população imigrante em São Paulo por meio de ações como capacitação de servidores públicos, produção de materiais sobre Direitos Humanos e acesso a serviços públicos, contratação de agentes públicos imigrantes, entre outras;
2. Definir e aprimorar os fluxos de atendimento, existentes ou emergenciais, para a população imigrante;
3. Zelar pela atenção específica às populações de: mulheres, LGBTI+, crianças e adolescentes, pessoas em privação de liberdade e egressas, pessoas idosas, em situação de rua, vítimas de trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas e pessoas em outras situações de vulnerabilidade social;
4. Promover o acesso à Justiça.
5. **ETAPAS PREPARATÓRIAS DA 2ª CONFERÊNCIA**

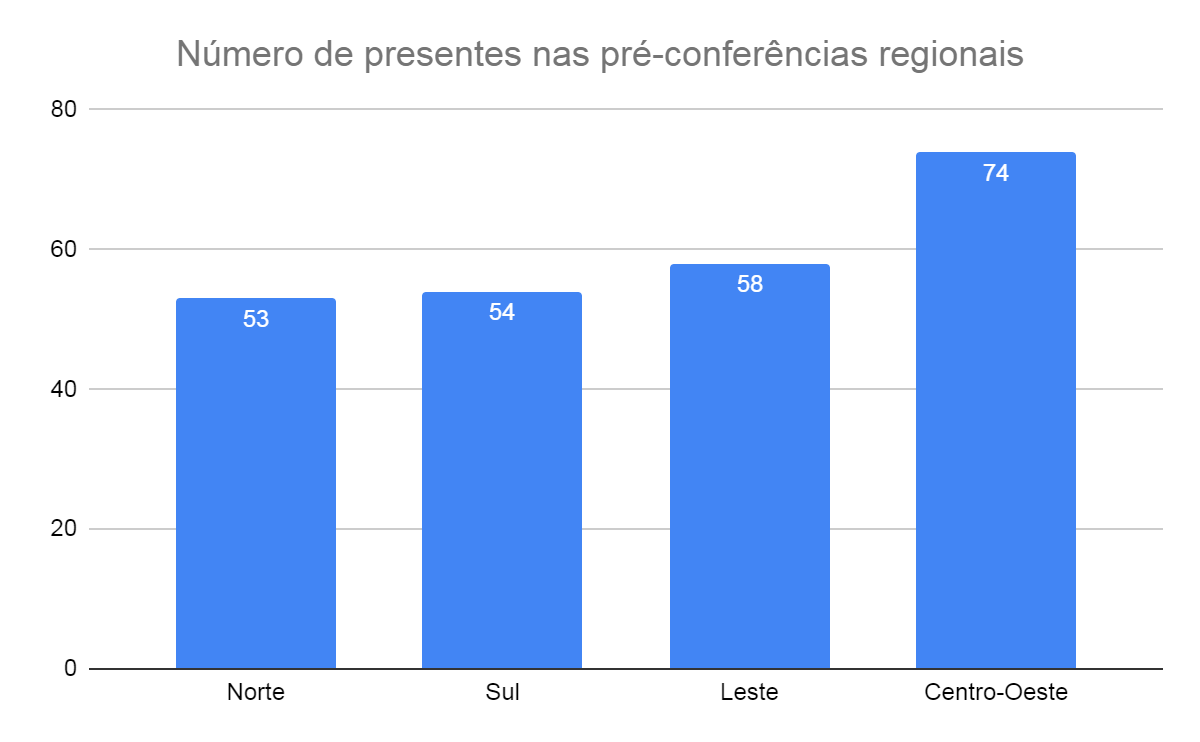
Entre os dias 1º de agosto e 23 de setembro de 2019, foram realizadas as etapas preparatórias que precederam a realização da 2ª Conferência e foram compostas por:

● *Pré-conferências* – encontros presenciais, de iniciativa e realização da Comissão Organizadora com participação aberta a todas as pessoas interessadas, que discutiram e elaboraram propostas para todos os eixos temáticos da Conferência. Os locais de realização das pré-conferências foram escolhidos seguindo o critério de distribuição territorial de imigrantes na cidade, privilegiando-se as regiões da cidade que contam com maior presença desta população. As pré-conferências seguiram as indicações do Documento Orientador das Etapas Preparatórias, garantindo a participação da metade mais um de imigrantes.

● *Conferências Livres* – encontros presenciais e/ou virtuais realizados por meio da iniciativa de organizações, coletivos, grupos ou associações que tinham a possibilidade de escolher qualquer ou todos os eixos para fazer a discussão e elaboração de propostas. Com base no Documento Orientador das Etapas Preparatórias, as conferências Livres reuniram no mínimo cinco pessoas, garantindo a participação da metade mais um de imigrantes, para discutir e elaborar propostas para a Conferência.

● Propostas Individuais Online – submissão de propostas individuais de imigrantes, independentemente da nacionalidade e da situação migratória ou documental. No entanto, não houve nenhuma proposta submetida em esta modalidade.

***Pré-conferências regionais***



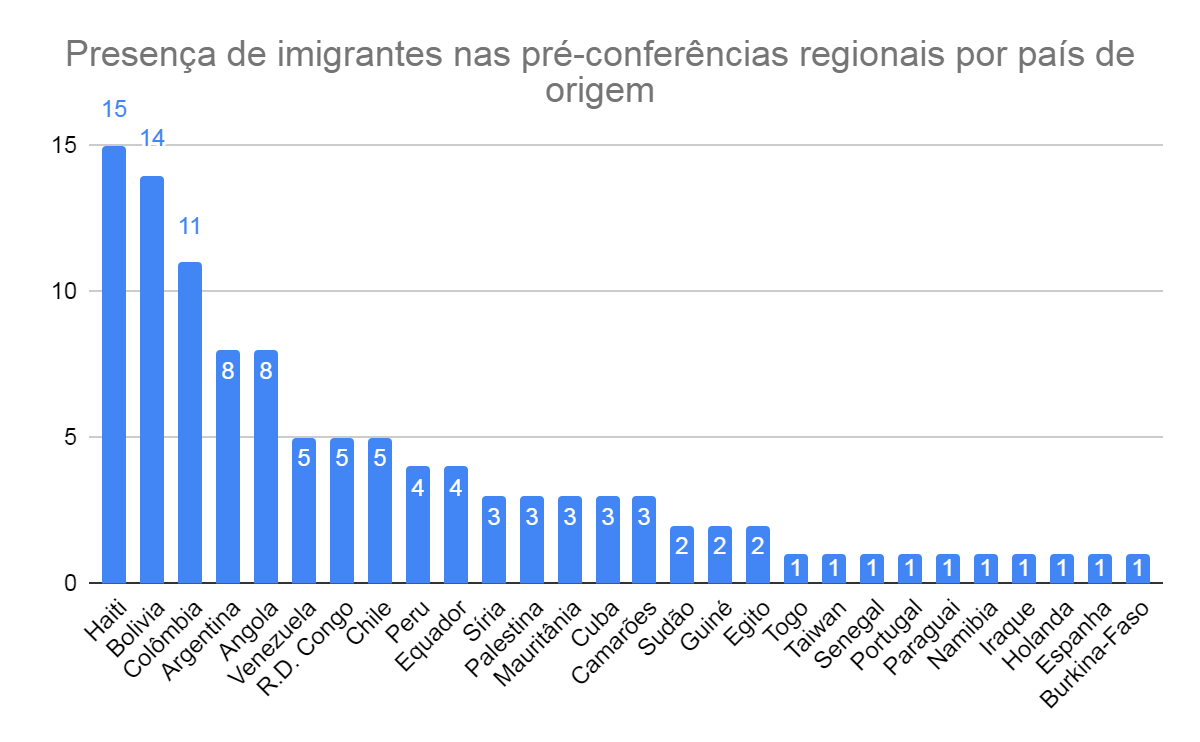
**Gráfico 1.** Número de presentes nas pré-conferências regionais

Os locais das pré-conferências foram:

* Pré-conferência Norte: CCJ - Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso. A pré- conferência foi realizada no dia 16 de agosto (sábado), das 9h às 18h.
* Pré-conferência Sul: Centro Cultural Santo Amaro: A pré-conferência foi realizada no dia 17 de agosto (domingo), das 9h às 18h.
* Pré-conferência Leste: Centro Cultural da Penha: realizada no dia 14 de setembro (sábado), das 9hrs às 18h.
* Pré-conferência Centro-Oeste: Biblioteca Memorial da América Latina: realizada no dia 15 de setembro (domingo), das 9h às 18h.

As quatro pré-conferências contaram com **239** pessoas presentes, dessas **110** imigrantes e **129** brasileiros. No gráfico 2 se identificam as nacionalidades dos imigrantes participantes.

**Gráfico 2.** Presença de imigrantes nas pré-conferências regionais por país de origem



***Conferências Livres***

Por sua vez, foram inscritas **22** conferências livres, **19** submeteram propostas à Comissão Organizadora e, destas, uma conferência livre não cumpriu com o critério de 50% + 1 de imigrantes, gerando o total de **18** Conferências Livres validadas e com propostas submetidas.

Em relação às conferências livres validadas, a participação de imigrantes e brasileiros é apresentada na tabela 1:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Tabela 1. Participação nas Conferências Livres** | | | | |
|  | Conferências Livres validadas e com propostas submetidas | Data | Nº Brasileiros | Nº imigrantes | Total participantes |
| 1 | Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas | 25/ago | 25 | 40 | 65 |
| 2 | Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-Unicamp) | 30/ago | 13 | 14 | 27 |
| 3 | CEMIR Centro da Mulher Imigrante e Refugiada | 01/set | 1 | 12 | 13 |
| 4 | CAMI - Equipe de Base | 08/set | 1 | 21 | 22 |
| 5 | ACNUR e Aldeias Infantis | 09/set | 2 | 15 | 17 |
| 6 | ACNUR e Cáritas SP | 11/set | 0 | 11 | 11 |
| 7 | Coletivos Culturais Imigrantes de São Paulo | 11/set | 14 | 16 | 30 |
| 8 | ACNUR e Compassiva | 16/set | 0 | 18 | 18 |
| 9 | EMEF Des. Arthur Whitaker | 16/set | 0 | 13 | 13 |
| 10 | Comissão de Direitos Humanos OAM Brasil | 21/set | 4 | 6 | 10 |
| 11 | CAMI - Equipe de Base | 22/set | 0 | 26 | 26 |
| 12 | CAMI - Equipe de Base | 21/set | 0 | 7 | 7 |
| 13 | CAMI - Equipe de Base | 22/set | 0 | 10 | 10 |
| 14 | CAMI - Equipe de Base | 21/set | 0 | 6 | 6 |
| 15 | CAMI - Equipe de Base | 22/set | 2 | 8 | 10 |
| 16 | CAMI - Equipe de Base | 22/set | 0 | 10 | 10 |
| 17 | CEMIR, Grito dos Excluídos Continental, CEADL | 21/set | 7 | 16 | 23 |
| 18 | EMEF Vereador Sampaio | 19/set | 0 | 29 | 29 |
|  |  | Total | 69 | 278 | 347 |

Em conjunto, as etapas preparatórias mobilizaram **613** pessoas, em sua maioria imigrante, de 38 nacionalidades distintas, durante a organização e participação em quatro Pré-conferências (zonas Sul, Norte, Centro-Oeste e Leste) e vinte e duas Conferência Livre[[1]](#footnote-1).

No total, foram submetidas **482** propostas, as quais foram sistematizadas a fim de resultarem em até **30** propostas finais para cada um dos oito eixos e serem levadas aos Grupos de trabalho para discussão e priorização durante a 2ª Conferência.

2. **METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS**

A metodologia desenvolvida e descrita a seguir teve como finalidade indicar as diretrizes que serviram de base para a sistematização das propostas recebidas nas etapas preparatórias da 2a Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes – “Somos Tod@s Cidadãos”. Abaixo são apresentadas primeiramente as diretrizes e em seguida algumas observações sobre a aplicação das mesmas.

***Documento de Metodologia – diretrizes para a sistematização***

A primeira parte do processo de sistematização consistiu em atribuir um **código de identificação**[[2]](#footnote-2) a cada proposta submetida a partir das seguintes indicações (com os caracteres destacados em negrito).

***Eixo temático:***

**E1** – Participação Social e protagonismo imigrante na governança imigratória local;

**E2** – Acesso à assistência social e habitação;

**E3** – Valorização e incentivo à diversidade cultural;

**E4** – Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa, e outras formas de discriminação;

**E5** –Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços;

**E6** –Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional;

**E7** – Acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade;

**E8** – Acesso à saúde integral, lazer e esporte;

***Modalidade da Etapa preparatória e ordem numérica por sequência de realização:***

**PC** – Pré-conferências;

**CL** – Conferência Livre;

**PI** – Propostas Individuais (não aplicado, uma vez não houve participação por meio dessa modalidade).

As duas tabelas seguintes indicam o resultado da indicação inicial, segundo as modalidades da etapa preparatória e a ordem cronológica em que ocorreram:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *Pré-conferências* | *Indicação* | |
| Zona norte (Centro Cultural da Juventude, 17 de agosto) | **PC1** | |
| Zona sul (Centro Cultural Santo Amaro, 18 de agosto) | **PC2** | |
| Zona leste (Centro Cultural da Penha, 14 de setembro) | **PC3** | |
| Zona centro-oeste (Memorial da América Latina, 15 de setembro) | **PC4** | |
| *Conferências Livres* | | *Indicação* | |
| BIBLIASPA "Migração Africana" | | **CL1** | |
| Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas - "Mulheres Imigrantes e Refugiadas e Políticas Públicas" | | **CL2** | |
| Rede Despertar Sonhos - "Debate Sobre Políticas Públicas para a População Imigrante da Cidade de São Paulo" | | **CL3** | |
| Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO | | **CL4** | |
| CEMIR Centro da Mulher Imigrante e Refugiada - "Visibilidade para a Mulher Imigrante" | | **CL5** | |
| CAMI\_Equipe de Base - "Participação Cidadã" | | **CL6** | |
| Para Refugiados - ACNUR/Aldeias Infantis | | **CL7** | |
| CAEMI - "Luta pelo Respeito de direitos dos imigrantes" | | **CL8** | |
| Para Refugiados - ACNUR/Caritas SP | | **CL9** | |
| Coletivos Culturais Imigrantes de SP | | **CL10** | |
| Para Refugiados - ACNUR/Compassiva | | **CL11** | |
| Portas Abertas - Conferência para Imigrantes | | **CL12** | |
| CRAI - "Migração e Moradia" | | **CL13** | |
| CEMIR, Grito dos Excluídos Continental,CEADL - "Construindo Políticas Públicas para Imigrantes" | | **CL14** | |
| ESPM/ Missão Paz - "Imigração e Comunicação na cidade de São Paulo" | | **CL15** | |
| CAMI\_Equipe de Base - "Participação Cidadã" | | **CL16** | |
| Comissão de Direitos Humanos OAM Brasil - "Para Imigrantes e Refugiados LGTBs" | | **CL17** | |
| CAMI \_cursos "Imigrantes livres e com direitos em qualquer lugar do mundo" | | **CL18** | |
| CAMI\_Equipe de Base - "Participação Cidadã" | | **CL19** | |
| CAMI\_Equipe de Base - "Participação Cidadã" | | **CL20** | |
| CAMI\_Equipe de Base - "Participação Cidadã" | | **CL21** | |
| CAMI\_Equipe de Base - "Participação Cidadã" | | **CL22** | |

A codificação de propostas incluiu ainda:

***Data da realização (dia e mês) das etapas preparatórias;***

***Macrorregião do município de São Paulo em que foram realizadas:***

**ZN –** zona norte

**ZS –** zona sul

**ZL –** zona leste

**ZO –** zona oeste

**ZC –** zona central

**ZCO** – zona centro-oeste (para o caso da PC4)

***Número da proposta (sequência geral)***

O código de identificação é, portanto, formado pelos seguintes caracteres: **eixo temático** (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 ou E8) + **modalidade da etapa preparatória** (PC, CL ou PI – com ordem numérica por sequência de realização, conforme tabelas apresentadas acima) + **data da realização** (dia e mês) + **macrorregião do município do São Paulo** (ZN, ZS, ZL, ZC, ZO ou ZCO) + **número da proposta sequencial geral**, como o exemplo que segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| *Eixo Temático* | *Modalidade da*  *Etapa Preparatória* | *Data*  *da Realização*  *(dia e mês)* | *Macrorregião*  *de São Paulo* | *Número da*  *Proposta* |
| Eixo 1 | Pré-conferência 1 | 17 de agosto | Zona Norte | Proposta 1 |
| Código de identificação da proposta: **E1\_PC1\_17ago\_ZN\_1** | | | | |

A segunda parte desse processo, refere-se a **sistematização propriamente dita**, que consistiu na leitura, análise de propostas e aplicação dos *critérios definidos pela Comissão Organizadora Municipal e pelo Conselho Municipal de Imigrantes*, sendo eles:

1. ***Critério de Invalidação***

Definiu-se que seriam invalidadas as propostas:

1. Resultantes de Conferências Livres que não reuniram no mínimo cinco pessoas e/ou não garantiram a participação da metade mais um de imigrantes;
2. Que não fossem correspondentes a nenhum dos eixos temáticos indicados;
3. Que expressassem desrespeito aos direitos humanos;
4. Que não estivessem de acordo com os objetivos da 2a Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes;
5. Que estivessem fora do campo de atuação municipal;
6. Que fossem contrárias a Política Municipal para a População Imigrante;

***Critério de Agrupamento***

Após a supressão com base nas diretrizes do primeiro critério, **as propostas com** **conteúdo semelhantes** deveriam ser reunidas, tendo em consideração a *maior abrangência* e a *isonomia de tratamento entre nacionalidades*, em um único texto síntese e apresentadas, neste documento, da seguinte maneira:

**Número da Proposta-síntese**: Conteúdo da proposta-síntese

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PCx\_XXago\_Zx\_x1; E1\_CLy\_YYago\_ZS\_y2 (...)

Exemplo hipotético:

**E7\_1**: Criar um programa de ensino de línguas estrangeiras para servidores públicos ministrado por professores imigrantes

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC1\_17ago\_ZN\_01; E7\_CL4\_30ago\_ZL\_138.

A **codificação das propostas-síntese** foi feita identificando o eixo da proposta (**E7**, no exemplo acima) seguido do número a que corresponde à proposta-síntese daquele eixo (**\_1**, no caso acima). A numeração foi feita **por eixo** para que se tornesse fácil a visualização do número de propostas-síntese correspondente em cada eixo temático.

Mais dois critérios de sistematização foram definidos pela Comissão Organizadora Municipal e pelo Conselho Municipal de Imigrantes:

***Critério Priorização***

Deveriam ser priorizadas as propostas que:

1. Considerassem os eixos transversais da Conferência (descritos anteriormente);
2. Contemplassem mais eixos transversais;
3. As propostas-síntese, em detrimento das propostas não agrupadas.

***Critério de Proporção***

Para as propostas que não estivessem compreendidas nas propostas-síntese, o último critério de sistematização consistia em prezar pelo equilíbrio entre as propostas originárias das Pré-conferências e das Conferências Livres.

Se ao final, aplicados os quatro critérios, algum eixo ainda extrapolasse o número máximo de propostas, caberia a Comissão Organizadora e o Conselho Municipal de Imigrantes priorizar as propostas que entendessem mais estratégicas.

1. **NOTAS SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS**

Ao longo das etapas preparatórias foram submetidas **482 propostas**, das quais 20 foram invalidadas por meio da aplicação do primeiro tópico do item “Critério de Invalidação” do Documento de Metodologia[[3]](#footnote-3), descrito acima.

Na ***primeira etapa***da sistematização, foi feita a leitura das **462 propostas válidas**, identificando os padrões existentes e a correspondência dos eixos para os quais as propostas foram submetidas. As propostas foram então **classificadas de acordo com as semelhanças e/ou complementaridades apresentadas**.

Na ***segunda etapa***, foram **observados os** **critérios definidos** no Documento de Metodologia e descritos anteriormente. Quanto ao Critério de Invalidação (I), considerou-se que não houve nenhuma proposta a ser invalidada pelos demais tópicos[[4]](#footnote-4) deste critério. Foram feitas adaptações em algumas propostas para que pudessem ser consideradas como campo de atuação municipal.

Na ***terceira etapa***da sistematização, foi realizada uma segunda leitura e deu-se início ao processo de aplicação do Critério de Agrupamento (II) das propostas juntando as que apresentavam **conteúdos semelhantes ou complementares**. Foi considerada a **maior abrangência** e a **isonomia** de tratamento entre nacionalidades para a elaboração das propostas-síntese. Algumas propostas foram desmembradas e tiveram seu conteúdo incluído em mais de uma proposta-síntese.

Superada a terceira etapa, apenas dois eixos (Eixo 4 e Eixo 6) resultaram em 30 propostas-síntese. Os demais variaram entre 21 e 29  propostas-síntese dada a similaridade e complementaridade presente nas propostas submetidas[[5]](#footnote-5).

Por fim, a *quarta etapa* da sistematização consistiu na **padronização textual**. Uma vez que a sistematização apresentada para aprovação da Comissão Organizadora (COM) manteve as expressões conforme foram trazidas nas propostas originais, a COM entendeu necessária e definiu a adoção da seguinte padronização:

***Quanto à flexão de gênero de palavras***

Priorização de expressões em que não há flexão de gênero, como é o caso de “pessoas imigrantes” e “população imigrante” e, para os casos em que não foi possível utilizá-las, expressou-se o gênero em “a(s)/o(s)/e(s)”;

***Quanto à expressão LGBTI+ e suas variantes***

Manutenção, nas propostas-síntese, dos termos conforme constavam nas propostas originais (“LGBT”; “LGBTIQA”; “LGBTI”; “LGBTI+” etc.);

***Quanto à denominação imigrante, migrante, refugiadas/os/es, pessoas em situação de refúgio, apátridas, etc.***

Adoção do termo “imigrante”, conforme a definição da Lei Municipal 16.478/2016, em que “*considera-se população imigrante [...] todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação imigratória e documental*” (art. 1º, parágrafo único).

1. **EIXOS TEMÁTICOS E PROPOSTAS**

O Conselho Municipal de Políticas para Imigrantes, vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Imigrantes, junto à Comissão Organizadora, definiu oito eixos temáticos para promover a discussão e construção de propostas. A continuação segue uma breve apresentação dos eixos, assim como as propostas que deverão ser discutidas nos grupos de trabalho.

***Eixo I. Participação social e protagonismo imigrante na governança imigratória local***

Em São Paulo, os mecanismos de participação social cumprem o objetivo de promover a elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas, por meio do diálogo diverso e a articulação entre a sociedade civil e o governo. O protagonismo imigrante na governança migratória local fortalece a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) e contribui para a transparência, aderência, intersetorialidade, efetividade, sustentabilidade e aprimoramento constante das políticas para esta população, bem como na promoção da representatividade  dos imigrantes nas diferentes instâncias institucionais participativas do município.

Ao mesmo tempo, a participação social da população imigrante vem sendo um elemento fundamental no processo de construção, institucionalização e transversalização da PMPI. Exemplo disso é a existência de **cadeiras extraordinárias reservadas para a representação de imigrantes nos Conselhos Participativos Municipais**, e a **criação do Comitê Intersetoria**l que discutiu e desenhou o texto da Lei e Decreto, que viria a instituir e regulamentar a PMPI. Na instituição (Lei 16.478/2016) e regulamentação (Decreto 57.533/2016) jurídica da participação social e protagonismo imigrante na governança migratória local, foi  criado o **Conselho Municipal de Imigrantes**, uma proposta advinda da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, vinculado à SMDHC, composto por 16 conselheiros (titulares e suplentes) da sociedade civil, dos quais 13 são imigrantes, e 16 conselheiros representantes do poder público, entre esses três membras imigrantes. Entre as principais ações realizadas, o Conselho tem se manifestado em casos de xenofobia, discriminação e violação de direitos humanos através de notas de repúdio, e está organizando a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, por exemplo.

Um dos mecanismos de participação social  previstos na PMPI é a realização de **conferências municipais** para a discussão e proposição das políticas locais voltadas para imigrantes. A **1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes** foi realizada em 2013 e 2ª edição acontece em novembro de 2019. Assim, a partir do diálogo permanente entre o poder público e a sociedade civil, por meio de audiências, consultas públicas e conferências municipais, a PMPI vem construindo e consolidando novos paradigmas para o tratamento estatal das migrações internacionais contemporâneas em nível local. Ao mesmo tempo, aponta para o monitoramento, ampliação e planejamento participativo da PMPI, a partir das demandas, do olhar e das experiências das/os/es próprias/os/es imigrantes residentes da cidade.

**Propostas-síntese:**

**E1\_1**: Incidir pelo direito ao voto de pessoas imigrantes no nível municipal e nos demais níveis - tendo como base a experiência de países vizinhos, como Peru e Argentina - e realizar campanhas sobre o tema.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC1\_17ago\_ZN\_05; E1\_CL2\_25ago\_ZN\_85; E1\_CL10\_11set\_ZC\_236; E1\_PC4\_15set\_ZCO\_284; E1\_CL14\_21set\_ZC\_360.

**E1\_2**: Estabelecer o caráter deliberativo das conferências municipais e do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI).

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL2\_25ago\_ZN\_85.

**E1\_3:** Garantir a gratuidade do transporte público e a flexibilidade (acessibilidade) dos horários em encontros, reuniões, seminários, conferências e toda a forma de mobilização política que objetive envolver a população imigrante como, por exemplo, as reuniões do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI).

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL4\_30ago\_ZL\_124; E1\_CL7\_09set\_ZS\_184.

**E1\_4:** Garantir a participação e representação de pessoas imigrantes - com presença mínima de 50% de mulheres - nos conselhos, comitês e órgãos colegiados sob responsabilidade do município, reconhecendo estas pessoas como sujeitos de direitos, compatibilizando os requisitos para elegibilidade das/os/es candidatas/os/es a situação migratória e documental (como por exemplo, a não exigência do título de eleitor), conforme estabelecido na Lei Municipal 16.478/2016, e trabalhando sob a perspectiva de gênero, interculturalidade, interseccionalidade e descentralizada.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL2\_25ago\_ZN\_84; E1\_PC3\_14set\_ZL\_244; E2\_PC4\_15set\_ZCO\_289; E1\_CL18\_18set\_ZC\_386b.

**E1\_5:** Incentivar e articular com as instâncias responsáveis a realização da Conferência Estadual de Política Migratória, assim como a retomada da realização da Conferência Nacional de Migrantes por meio da ação do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI).

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC3\_14set\_ZL\_245.

**E1\_6:** Fomentar a participação e o diálogo direto entre a população imigrante e o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) por meio de: (1) criação de consultas públicas periódicas sobre as pautas prioritárias de atuação; (2) ampliação da divulgação da existência do colegiado e das atividades do mesmo, inclusive nos Centros de Acolhida e nos locais de significativa presença da população imigrante; (3) realização de encontros com as comunidades imigrantes e articulação com os equipamentos públicos locais para divulgar a política municipal, as atividades do CMI e para promover a escuta de demandas, com peridiocidade trimestral; (4) realização de devolutivas periódicas sobre o trabalho desenvolvido, fortalecendo o controle social do órgão colegiado; (5) realização de audiências públicas sobre temáticas de migração, tolerância religiosa, gênero, bem como sobre racismo, xenofobia, LGBTIfobia e outras formas de violência e discriminação junto às comunidades imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC2\_18ago\_ZS\_44; E1\_PC2\_18ago\_ZS\_45; E4\_CL2\_25ago\_ZN\_98; E4\_CL6\_08set\_ZN\_171; E1\_CL7\_09set\_ZS\_187; E1\_CL7\_09set\_ZS\_188; E1\_PC3\_14set\_ZL\_247; E1\_CL11\_ 16set\_ZC\_320; E1\_CL18\_18set\_ZC\_386b; E4\_CL19\_16set\_ZL\_426.

**E1\_7:** Ampliar a divulgação da eleição e dos pontos de votação no processo eleitoral do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) garantido assim a maior participação da população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC3\_14set\_ZL\_246.

**E1\_8**: Reconhecer e visibilizar a atuação das organizações, associações e coletivos de imigrantes, promovendo o trabalho coordenado entre poder público e sociedade civil e a articulação da rede de apoio à população imigrante, incluindo a ampliação e a atualização periódica do mapeamento desta rede.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC2\_18ago\_ZS\_42; E1\_PC2\_18ago\_ZS\_43; E1\_CL5\_01set\_ZC\_142; E1\_CL5\_01set\_ZC\_143.

**E1\_9:** Reconhecer e visibilizar a atuação das organizações, associações e coletivos de imigrantes, promovendo o trabalho coordenado entre poder público e sociedade civil e a articulação da rede de apoio à população imigrante, incluindo a ampliação e a atualização periódica do mapeamento desta rede.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC2\_18ago\_ZS\_41; E4\_CL2\_25ago\_ZN\_100; E1\_CL4\_30ago\_ZL\_122; E1\_CL4\_30ago\_ZL\_123; E1\_CL5\_01set\_ZC\_141; E1\_CL7\_09set\_ZS\_185.

**E1\_10:** Ampliar e aprimorar a divulgação sobre os serviços prestados pelo município para garantir o acesso oportuno à informação pela população imigrante, incluindo aqueles que residem regiões periféricas, e possibilitando o controle social.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL5\_01set\_ZC\_144; E1\_CL5\_01set\_ZC\_145; E1\_CL18\_18set\_ZC\_386b.

**E1\_11:** Fortalecer a participação direta por meio de capacitação realizada de forma conjunta entre coletivos de imigrantes e o poder público, assim como incentivar a participação de pessoas imigrantes nos diferentes movimentos sindicais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL2\_25ago\_ZN\_82.

**E1\_12**: Garantir que em todos os grupos de pessoas imigrantes sobre debates políticos possuam pessoas de diferentes nacionalidades no intuito de garantir o direito de todos.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL7\_09set\_ZS\_186.

**E1\_13**: Construir um processo de integração dos povos por meio das lutas e mobilizações sociais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL14\_21set\_ZC\_361.

**E1\_14**: Promover o acesso da população imigrante aos serviços públicos municipais, garantindo o atendimento humanizado e multilíngue.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL18\_18set\_ZC\_388b; E1\_CL18\_18set\_ZC\_389b; E1\_CL18\_18set\_ZC\_390b.

**E1\_15:** Garantir a abertura de editais para contratação de servidoras/es e agentes públicas/os/es imigrantes, nos termos da Lei n. 13.404/2002, e da Lei n. 16.478/2016, em especial de professoras/es na rede de ensino básico alterando a legislação correspondente, se necessário.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC1\_17ago\_ZN\_04; E1\_CL12\_16set\_ZS\_344.

**E1\_16**: Ampliar os mecanismos de cadastro e contratação de equipamentos pela prefeitura com organizações e instituições que prestam atendimentos e serviços à população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC4\_15set\_ZCO\_282.

**E1\_17:** Fortalecer os canais de comunicação entre o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) e a população imigrante, incluindo as pessoas recém-chegadas, por meio da divulgação das instâncias de participação social e demais atividades e serviços prestados, da construção de uma rede colaborativa que abarque, dentre outras, as pautas de trabalho, educação, integração social e da realização de campanhas de divulgação em diversos idiomas em pontos estratégicos da cidade (como rodoviárias, aeroportos e pontos de grande concentração das comunidades imigrantes).

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC4\_15set\_ZCO\_281.

**E1\_18:** Garantir a contratação de mediadoras/es que acompanhem e facilitem a comunicação de pessoas imigrantes nos serviços públicos.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL12\_16set\_ZS\_344.

**E1\_19**: Prezar pela abertura e transparência do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) e da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD).

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL2\_25ago\_ZN\_100.

**E1\_20:** Disponibilizar creches com cuidadoras/es e mediadoras/es culturais imigrantes nos espaços de formação, capacitação, participação política e governança local para garantir a presença de mulheres imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL2\_25ago\_ZN\_83.

**E1\_21**: Promover a contratação de mulheres e pessoas LGBTI imigrantes na gestão e nos serviços públicos municipais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC4\_15set\_ZCO\_301.

***Eixo II. Acesso à assistência social e habitação***

A Constituição Federal de 1988 é pioneira ao prever medidas assistenciais para pessoas em situação de vulnerabilidade e universalizar os direitos da assistência social e de habitação para todas as pessoas que necessitam, independente de serem brasileiros ou não. Assegurar essas garantias cabe a cada unidade federativa por meio da elaboração de políticas públicas consistentes, que empreguem tais direitos de forma ampla, não-discriminatória, isonômica e universal. Nesse sentido, percebe-se que município de São Paulo prevê a inserção dessas políticas de forma a inserir públicos diversos e segmentos amplos da população que se encontram em situação de vulnerabilidade, **independentemente da situação migratória e documental**.

Considerando as especificidades da assistência social e da habitação, a escolha por tratá-las no mesmo Grupo de Trabalho durante a Conferência se deve à sua  relação na **construção de autonomia das pessoas**. Considerando que a moradia é um dos principais elementos de autonomia e integração social, tratar as duas temáticas juntas contribui para fortalecer a interligação entre as políticas públicas locais, que são tratadas pelas Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). É importante reforçar, por outro lado, a complexidade e relevância de ambos os temas, buscando um equilíbrio no momento da discussão de forma a construir propostas que contemplem as duas temáticas.

De acordo com o Decreto Municipal nº 57.533/2016, que regulamenta a Política Municipal para População Imigrante cabe à **Secretaria Municipal de Assistência Social** inserir famílias imigrantes em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social do Governo Federal **- Cadúnico** e assegurar que a **rede de atendimento em assistência social do Município de São Paulo** atenda à população imigrante, considerando suas especificidades.

O **Cadastro Único** promove o acesso da população a programas sociais tais como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada  (BPC), tarifa social para desconto na conta de energia elétrica, isenção de taxa de concurso público, ID Jovem e passe livre de transporte.

Na oferta de **serviços de acolhida** à população imigrante, a SMADS deverá ofertar serviços específicos para esta população, assegurar o princípio da reunião familiar, incluir imigrantes no processo participativo de supervisão da gestão dos centros de acolhida e garantir que tais centros atuem na construção de autonomia de suas/eus usuárias/os/es e usuárias/os/es e em sua inclusão social. Como exemplo da implementação destas políticas públicas à população imigrante, a Prefeitura de São Paulo conta com **quatro Centros de Acolhida para a população imigrante**,  totalizando 722 vagas de rede assistencial. Trata-se dos primeiros centros de acolhida do país a contemplarem as especificidades desse grupo, garantindo o respeito às particularidades que envolvem a acolhida de imigrantes vulneráveis. Além das vagas específicas, a população imigrante também pode ser acolhida em quaisquer outras vagas da rede municipal de acolhida.

De acordo com o mesmo decreto mencionado acima, cabe à **Secretaria Municipal de Habitação** promover o **direito à moradia digna para a população imigrante**, compreendendo tanto a moradia transitória, de curto e médio prazo, quanto a definitiva, adaptando programas e instrumentos legais para que contemplem esta população, garantindo o acesso à informação, atuando junto ao mercado imobiliário, promovendo campanhas, entre outros.

A Secretaria Municipal de Habitação implementa programas habitacionais como “Minha Casa, Minha Vida”, Casa da Família, Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas. Ainda, a SMDHC participa do Grupo de Trabalho Intersecretarial da SEHAB, destinado a atuar em visitas técnicas em ocupações, provendo soluções técnicas e jurídicas à população.

**Propostas-síntese:**

**E2\_1:** Estruturar e disponibilizar material com informações gerais sobre os bairros da cidade de São Paulo, contendo os principais pontos de acesso à saúde, transporte, educação, cultura e lazer.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC4\_15set\_ZCO\_288.

**E2\_2:** Promover o levantamento, mapeamento e a análise de dados sobre o acesso à habitação da população imigrante, incluindo informações sobre as pessoas imigrantes em situação de rua.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC3\_14set\_ZL\_248

**E2\_3:** Promover o acesso à casa própria por meio da concessão de crédito para pessoas imigrantes e/ou da criação ou adaptação de programas de habitação popular no âmbito municipal para contemplar a população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL7\_09set\_ZS\_190; E2\_CL9\_11set\_ZC\_222; E2\_CL18\_18set\_ZC\_395b.

**E2\_4:** Promover discussões sobre o acesso à moradia e ocupações junto à população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC4\_15set\_ZCO\_288.

**E2\_5:** Revitalizar imóveis públicos desocupados visando a transformação em moradia popular e promover o acesso à compra a longo prazo para pessoas imigrantes com menor burocracia.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL5\_01set\_ZC\_146; E2\_CL5\_01set\_ZC\_147.

**E2\_6:** Garantir o acesso à informação e orientação sobre direitos e deveres de locação e compra de imóveis para pessoas imigrantes, fortalecendo espaços de assessoria jurídica, denúncias e monitoramento (DPE, PROCON, Ouvidoria de Direitos Humanos, entre outros) relativos a atos abusivos e discriminatórios cometidos por agentes imobiliários.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC1\_17ago\_ZN\_10; E2\_PC2\_18ago\_ZS\_47; E2\_CL4\_30ago\_ZL\_125; E2\_PC3\_14set\_ZL\_251.

**E2\_7:** Criar um grupo de trabalho dentro do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) responsável pela orientação sobre o processo de locação e aquisição de imóveis para pessoas imigrantes, encaminhamento ao mercado imobiliário na cidade de São Paulo, bem como a sensibilização de agentes imobiliários.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC2\_18ago\_ZS\_48; E2\_CL4\_30ago\_ZL\_125; E2\_PC4\_15set\_ZCO\_287.

**E2\_8:** Promover o acesso efetivo da população imigrante ao mercado imobiliário por meio de mecanismos de incentivos fiscais para proprietários ou agências imobiliárias, como a redução fiscal (IPTU).

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC2\_18ago\_ZS\_48.

**E2\_9:** Garantir a efetiva execução das políticas habitacionais municipais com base nas atribuições da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) previstas no art. 22 do Decreto 57.533/2016, promovendo o acesso da população imigrante à moradia transitória, de curto e médio prazo, bem como o acesso igualitário aos projetos sociais habitacionais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC1\_17ago\_ZN\_08; E2\_CL13\_19set\_ZN\_355; E2\_CL18\_18set\_ZC\_391b; E2\_CL19\_16set\_ZL\_423.

**E2\_10:** Criar um programa público municipal por meio do qual a Prefeitura Municipal de São Paulo torne-se avalista e fiadora de imóveis para pessoas imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL4\_30ago\_ZL\_126.

**E2\_11:** Fortalecer as políticas de locação social e repúblicas e aumentar as vagas disponibilizadas para a população imigrante, com especial atenção às mulheres em situação de violência, considerando as diferentes concepções e formações familiares culturalmente diversas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC1\_17ago\_ZN\_07; E2\_PC1\_17ago\_ZN\_08; E2\_CL2\_25ago\_ZN\_90; E2\_CL7\_09set\_ZS\_192; E2\_PC3\_14set\_ZL\_252; E2\_PC4\_15set\_ZCO\_285; E2\_CL11\_16set\_ZC\_321; E8\_CL19\_16set\_ZL\_441.

**E2\_12:** Incidir pela flexibilização e desburocratização do processo de aluguel e de acesso à moradia para a população imigrante, especialmente para mulheres em situação de violência.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL2\_25ago\_ZN\_90.

**E2\_13:** Estabelecer territórios reservados para moradias da população imigrante, criando "bairros imigrantes".

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL18\_18set\_ZC\_392b.

**E2\_14:** Promover o acesso igualitário de pessoas brasileiras e imigrantes à moradia na região central da cidade.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL18\_18set\_ZC\_393b.

**E2\_15:** Garantir a execução de políticas públicas que promovam a moradia digna em bairros com presença da população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL18\_18set\_ZC\_394b.

**E2\_16**: Promover melhorias no atendimento dos Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) com vistas a ampliar a inclusão de pessoas imigrantes ao CadÚnico de modo a tornar possível o acesso destas aos programas sociais disponíveis.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL4\_30ago\_ZL\_127; E2\_CL11\_16set\_ZC\_323; E2\_CL12\_16set\_ZS\_348.

**E2\_17:** Ampliar a integração entre a política assistencial e a política de geração de trabalho e renda promovendo a autonomia das pessoas imigrantes, especialmente das residentes nos centros de acolhidas, e incluindo a viabilização de subsídio de transporte público para busca e permanência nos postos de trabalho.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC1\_17ago\_ZN\_09; E2\_PC2\_18ago\_ZS\_49; E2\_PC3\_14set\_ZL\_249.

**E2\_18:** Promover políticas de subsídio e gratuidade de transporte público para pessoas imigrantes em situação de vulnerabilidade social, bem como para as pessoas recém-chegadas matriculadas em cursos de português na Rede Municipal e para as pessoas acolhidas na rede socioassistencial.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC3\_14set\_ZL\_249.

**E2\_19:** Tipificar os Centros de Acolhida específicos para população imigrante levando em conta suas especificidades, garantindo o funcionamento permanente dos serviços e acesso igualitário, distinguindo de outras populações atendidas, padronizando o tempo de permanência, os critérios de acesso, a formação de equipes, dentre outros.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC1\_17ago\_ZN\_06; E2\_PC2\_18ago\_ZS\_50.

**E2\_20:** Criar programas ou políticas específicas para atenção a crianças e adolescentes imigrantes incluindo, dentre outros, projetos de apoio psicológico a pessoas recém-chegadas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL7\_09set\_ZS\_191; E2\_CL9\_11set\_ZC\_221.

**E2\_21:** Criar uma plataforma online para difusão de informações sobre políticas públicas de trabalho, educação, saúde, entre outras, bem como promover e incentivar a divulgação em diversos meios de comunicação sobre os benefícios que as pessoas imigrantes têm direito na cidade.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL7\_09set\_ZS\_189; E2\_CL11\_16set\_ZC\_322.

**E2\_22:** Promover a integração e elaboração de estratégias intersetoriais entre as diversas áreas de atendimento da Prefeitura Municipal de São Paulo, assegurando a adequação dos diferentes serviços oferecidos pelo poder público às especificidades da população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL5\_01set\_ZC\_149; E2\_PC3\_14set\_ZL\_250.

**E2\_23:** Promover espaços de convivência de forma a criar e manter vínculos entre a população imigrante e a comunidade local.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL5\_01set\_ZC\_149.

**E2\_24:** Promover melhorias nos centros de acolhida para população imigrante garantindo maior oferta de vagas; a formação e sensibilização das equipes técnicas para atendimento qualificado na temática imigratória e diversidades (religiosa, cultural, étnica etc.); a contratação de mediadoras/es culturais imigrantes; a ampliação de vagas para pessoas imigrantes convalecentes; a criação de espaços de convivência para crianças e de espaços ecumênicos; a oferta de alimentação adequada de acordo com a prática religiosa; a criação de centro de acolhida emergencial 24 horas; e a oferta de vagas para grupos familiares.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_PC2\_18ago\_ZS\_46; E2\_CL9\_11set\_ZC\_219; E2\_PC4\_15set\_ZCO\_285; E2\_PC4\_15set\_ZCO\_286.

**E2\_25:** Criar centros de acolhida para mulheres vítimas de violência (psicológica, patrimonial, física, doméstica etc.) específicos para mulheres imigrantes que atendam as particularidades linguísticas e migratórias com profissionais qualificadas/os/es.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL2\_25ago\_ZN\_86.

**E2\_26:** Criar novas unidades descentralizadas dos serviços de referência e acolhimento para pessoas imigrantes (Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes - CRAI e Centros de Acolhida para Imigrantes), bem como dos serviços de proteção básica e especial da assistência social adequados ao atendimentos humanizado da população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL2\_25ago\_ZN\_87.

**E2\_27**: Promover ações afirmativas para garantir a contratação de pessoas imigrantes na rede de serviços públicos de assistência social capacitando-as nos serviços e causas imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL2\_25ago\_ZN\_89.

**E2\_28**: Incluir a população imigrante como minoritária na legislação municipal a fim de garantir a construção de políticas equitativas que reconheçam as vulnerabilidades de famílias recém-migradas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC1\_17ago\_ZN\_20.

**E2\_29**: Garantir a priorização de atendimento a famílias imigrantes com crianças e adolescentes nas políticas de assistência social.

Código de identificação das propostas agrupadas: E2\_CL9\_11set\_ZC\_223.

***Eixo III. Valorização e incentivo à diversidade cultural***

A promoção da diversidade cultural na perspectiva dos Direitos Humanos envolve o reconhecimento da pluralidade das manifestações culturais que constituem as sociedades, dos direitos culturais das pessoas, tais como: o direito a se expressar na sua língua materna; a receber educação de qualidade respeitando as identidades culturais e a exercer suas próprias práticas culturais; a compreender a diversidade cultural como fator de desenvolvimento social; bem como a necessidade de políticas que voltadas à defesa dos direitos culturais. Dessa forma, a promoção e o apoio às festividades culturais, feiras gastronômicas, feiras de artesanato, entre outras manifestações culturais e artísticas das comunidades imigrantes, são fundamentais nas políticas públicas voltadas para a integração local desta população.

A SMDHC, por meio da CPMigTD, tem apoiado **festas comemorativas de diferentes comunidades imigrantes e a regularização de feiras imigrantes**, como a Feira Coimbra e a do Largo do Rosário, bem como tem promovido a inclusão de datas comemorativas da população imigrante no calendário da cidade. Outro projeto desenvolvido para a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes e da valorização da diversidade cultural, são os **Mapeamentos Colaborativos**, os quais têm possibilitado ampliar a divulgação e a visibilidade das manifestações culturais das comunidades imigrantes da cidade, divididos em três categorias: Mapeamento dos Grupos de Imigrantes ou Ligados à Temática Migratória no Município de São Paulo, Mapeamento de Feiras Imigrantes do Município de São Paulo e o Mapeamento de Cursos de Português Oferecidos pela Sociedade Civil no Município de São Paulo.

Além disso, de acordo com o Decreto Municipal nº 57.533/2016, que regulamenta a PMPI cabe à **Secretaria Municipal de Cultura** garantir às populações imigrantes o direito à cultura e à cidadania cultural, promover uma cultura de valorização da diversidade, com garantia de participação dos imigrantes na programação cultural do Município, abertura à ocupação de equipamentos públicos de cultura por esta população e incentivo à produção cultural fundada na interculturalidade, no diálogo permanente com coletivos e agentes culturais imigrantes e na inclusão de imigrantes nos editais públicos de incentivo à cultura.

**Propostas-síntese:**

**E3\_1:** Garantir o acesso da população imigrante aos espaços culturais já existentes na cidade a partir da divulgação mais ampla de informações sobre os mesmos, suas programações, prazos e as formas de inscrição nas atividades etc., levando em conta a divulgação junto às organizações que trabalham com essa população.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL11\_16set\_ZC\_324; E3\_CL11\_16set\_ZC\_325; E3\_CL14\_21set\_ZC\_363.

**E3\_2**: Incluir a participação ativa de coletivos e pessoas imigrantes independentes nos eventos culturais promovidos pelo município como, por exemplo, a Jornada do Patrimônio, SP na Rua, Julho Imigrante, Consciência Negra, entre outros.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC2\_18ago\_ZS\_53; E3\_CL4\_30ago\_ZL\_129; E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E3\_PC3\_14set\_ZL\_256; E3\_PC4\_15set\_ZCO\_291; E3\_PC4\_15set\_ZCO\_293; E3\_CL11\_16set\_ZC\_328; E3\_CL14\_21set\_ZC\_363.

**E3\_3:** Destinar um palco específico para imigrantes - Palco Imigrante - na programação da Virada Cultural, garantindo a visibilidade e participação de artistas de diferentes nacionalidades, contemplando diversas linguagens artísticas e com curadoria imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC2\_18ago\_ZS\_53; E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E3\_CL10\_11set\_ZC\_241; E3\_PC3\_14set\_ZL\_256; E3\_PC4\_15set\_ZCO\_291; E3\_CL14\_21set\_ZC\_363.

**E3\_4:** Ampliar o número de feiras de imigrantes na cidade de São Paulo de forma regular, em espaços amplos e confortáveis; expandir a divulgação das feiras existentes pelos meios de comunicação do município e em espaços públicos; cadastrar feirantes e suas atividades (habilidades culinárias, artísticas, manuais etc.) para participação em feiras e promover uma feira de imigrantes em datas festivas como o natal.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL7\_09set\_ZS\_194; E3\_CL7\_09set\_ZS\_195; E3\_CL7\_09set\_ZS\_196; E3\_CL7\_09set\_ZS\_197; E3\_CL11\_16set\_ZC\_326.

**E3\_5:** Tornar eventos e feiras de imigrantes Patrimônio Cultural da Cidade de São Paulo.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC3\_14set\_ZL\_255.

**E3\_6:** Mapear e reconhecer as demandas dos espaços/grupos culturais de pessoas imigrantes já existentes (exemplo: Praça Kantuta; Sarau das Américas) e destinar recursos para a melhoria e manutenção dos mesmos.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL10\_11set\_ZC\_238.

**E3\_7:** Garantir a participação de grupos e redes representativas das diversas culturas imigrantes na formulação de políticas públicas de promoção cultural, tendo em vista a promoção de debates, tours e traduções sobre manifestações culturais de diferentes nacionalidades.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC1\_17ago\_ZN\_11; E3\_CL5\_01set\_ZC\_152.

**E3\_8:** Estruturar uma política municipal de valorização da contribuição artística e cultural trazida pela população imigrante por meio de: (1) criação de editais específicos; (2) adequadação de editais existentes às especificidades dessa população (autodeclaração de residência, redação de projetos a serem submetidos em outros idiomas, entre outras); (3) participação de um/a/e representante do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) na avaliação dos projetos; (4) inclusão de pessoas imigrantes nas comissões de elaboração, avaliação e seleção de editais públicos de cultura; (5) criação de canais que promovam orientação e formação de pessoas imigrantes interessadas em participar de editais culturais; (6) inclusão de ações afirmativas para população imigrante nos editais culturais; (7) tradução de editais em diferentes idiomas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC1\_17ago\_ZN\_14; E3\_PC2\_18ago\_ZS\_51; E3\_CL4\_30ago\_ZL\_129; E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E3\_CL10\_11set\_ZC\_237; E3\_CL10\_11set\_ZC\_239; E3\_PC4\_15set\_ZCO\_292.

**E3\_9:** Criar e manter um centro cultural de referência e memória sobre imigração que (1) promova a atuação de diversas vertentes artísticas e culturais de diferentes origens; (2) seja um espaço aberto para ensaios e realização de eventos; (2) tenha laboratórios de criação artística e salas de projeções; (3) institua um centro de estudos multidisciplinares migratórios que produza conteúdo e pesquisa na área cultural; (4) seja cedido e mantido pelo poder público, idealizado e gerido por imigrantes de forma independente.

Código de identificação das propostas agrupadas: E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E3\_CL10\_11set\_ZC\_240; E3\_PC4\_15set\_ZCO\_294; E3\_CL18\_15set\_ZC\_396b; E8\_CL18\_15set\_ZC\_422; E3\_CL19\_16set\_ZL\_424.

**E3\_10:** Criar/Organizar espaços culturais permanentes dentro dos equipamentos públicos existentes (por exemplo: escolas; centros culturais; casas de culturas, bibliotecas e centros de acolhida), onde possam ser desenvolvidas oficinas, palestras, concertos e residências artísticas, sob curadoria imigrante, voltados ao público em geral.

Código de identificação das propostas agrupadas: E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E4\_CL9\_11set\_ZC\_225; E3\_CL10\_11set\_ZC\_237.

**E3\_11:** Ampliar o acesso a espaços culturais, bibliotecas e escolas municipais em diferentes regiões da cidade para que a população imigrante possa realizar suas manifestações culturais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC2\_18ago\_ZS\_54; E3\_PC2\_18ago\_ZS\_55; E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E8\_CL6\_08set\_ZN\_182; E3\_CL19\_16set\_ZL\_424.

**E3\_12:** Criar espaços comunitários descentralizados para a realização de eventos e festividades culturais coletivas, visibilizando a arte, culinária e cultura imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC1\_17ago\_ZN\_03; E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E3\_CL18\_15set\_ZC\_396b; E8\_CL18\_15set\_ZC\_422.

**E3\_13:** Levantar de forma participativa as datas festivas da população imigrante e promover a inserção das mesmas no calendário oficial da cidade, bem como garantir a destinação de recursos e insumos para que os coletivos e organizações dessa população possam realizar suas festividades reconhecidas e assegurar a ampla divulgação das mesmas com material informativo, especialmente nas escolas da rede municipal.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC2\_18ago\_ZS\_52; E3\_CL2\_25ago\_ZN\_94; E3\_CL4\_30ago\_ZL\_129; E3\_PC4\_15set\_ZCO\_290.

**E3\_14:** Promover eventos e campanhas para a sociedade civil combatendo a folclorização das culturas imigrantes (promoção da cultura junto da promoção da história dessas culturas).

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL2\_25ago\_ZN\_93.

**E3\_15:** Incentivar grupos folclóricos da população imigrante para que possam manter viva sua cultura.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL18\_15set\_ZC\_397b.

**E3\_16:** Incentivar e facilitar a prática de manifestações culturais da população imigrante da cidade de São Paulo, desburocratizando procedimentos como a exigência de CNPJ; valorizando o diálogo intercultural; identificando atividades realizadas em diferentes territórios da cidade e promovendo a realização das mesmas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL5\_01set\_ZC\_150; E3\_CL5\_01set\_ZC\_151; E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E3\_PC3\_14set\_ZL\_253; E3\_PC3\_14set\_ZL\_257.

**E3\_17:** Disponibilizar espaços públicos seguros e abertos para população imigrante para que se possa ensaiar, conviver, organizar e apresentar as atividades culturais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E8\_CL5\_01set\_ZC\_166; E8\_CL7\_09set\_ZS\_216; E3\_CL18\_15set\_ZC\_399; E3\_CL18\_15set\_ZC\_400.

**E3\_18:** Incentivar e promover espaço de arte e cultura de rua com olhar imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E8\_CL21\_22set\_ZO\_459.

**E3\_19:** Incluir cursos voltados para parlamentares e agentes públicas/os/es sobre a temática migratória na programação anual da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP).

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL2\_25ago\_ZN\_95.

**E3\_20:** Conceder o benefício da meia-entrada para pessoas imigrantes nos eventos culturais realizados por equipamentos públicos da cidade de São Paulo.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC3\_14set\_ZL\_254.

**E3\_21:** Garantir a participação de pessoas imigrantes na oferta de serviços de gastronomia em eventos organizados pela Prefeitura.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL11\_16set\_ZC\_327.

**E3\_22:** Garantir a existência de projetos culturais gratuitos à população imigrante que incluam arte, literatura etc.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL12\_16set\_ZS\_349.

**E3\_23:** Contratar educadoras/es, preferencialmente pessoas imigrantes, para trabalharem no Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI) e em outros espaços culturais do município para capacitar as pessoas imigrantes interessadas para atuação na área cultural e de difusão cultural.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC1\_17ago\_ZN\_12.

**E3\_24:** Atualizar o "Mapeamento dos Grupos de Imigrantes ou Ligados à Temática Migratória no Município de São Paulo" realizado pela Prefeitura e traduzi-lo em diversos idiomas para que as informações sejam acessíveis às pessoas imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC1\_17ago\_ZN\_13.

**E3\_25:** Garantir a destinação de recursos para incentivar a implementação de políticas públicas que incentivem a diversidade cultural.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL5\_01set\_ZC\_153.

**E3\_26:** Divulgar de forma ampla a agenda de atividades culturais da cidade, incluindo as atividades realizadas pela população imigrante, em diferentes línguas, em locais públicos ou via e-mail destinado a essa população.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL12\_16set\_ZS\_345; E3\_CL18\_15set\_ZC\_398b.

**E3\_27:** Criar grupo composto por pessoas imigrantes para cobrar a efetividade da carta de compromisso cultural da cidade de São Paulo, principalmente no que toca a comunidade imigrante, bem como construir junto com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) a criação de agenda com divulgação e incentivo às diversas manifestações culturais existentes na cidade de São Paulo.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_PC1\_17ago\_ZN\_15.

**E3\_28:** Promover o diálogo entre a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e garantir a implementação da grade curricular nas escolas em concordância com as leis que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das culturas africanas e indígenas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E3\_CL2\_25ago\_ZN\_91.

***Eixo IV. Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa, e outras formas de discriminação***

O acolhimento de fluxos migratórios é, tradicionalmente, um dos traços característicos da cidade de São Paulo. A cidade é historicamente formada por uma ampla gama de culturas, costumes e nacionalidades.

Infelizmente, a incidência de ocorrências xenófobas,  discriminatórias e racistas constitui parte da realidade de imigrantes, que enfrentam tais adversidades em todo o âmbito social. O reconhecimento de seus direitos como cidadãs(ãos) legítimas(os) da cidade, bem como suas tentativas de inserção no mercado de trabalho são âmbitos comumente frustrados, dentre outros, pela discriminação. Portanto, contemplar eventuais agressões morais e discriminatórias é fundamental no esforço para uma real eficácia de políticas públicas para imigrantes.  O combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação é um dos princípios da Política Municipal para a População Imigrante e também de competência do Poder Público Municipal.

Como exemplo da abordagem municipal, é possível citar ações educativas como a **formação mensal de servidores públicos sobre a temática migratória na Escola Municipal de Administração Pública (EMASP**). Além disso, a Prefeitura elaborou, em parceria com diversos atores e organizações da sociedade civil, o Guia “Somos Todas/os Migrantes - Acesso a Direitos para Migrantes e Servidoras/es Públicos”, traduzido em sete idiomas e distribuído amplamente para a população imigrante e para servidoras/es públicos - principalmente para aquelas/es que atuam diretamente no atendimento à (ao) cidadã (o).

Adicionalmente, cabe ressaltar que um dos eixos de atuação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), serviço público da SMDHC, é a formação de diversos atores na temática migratória, contando com um/a educador/a social para rodas de conversa, divulgação de material informativo, entre outros. Além disso, o CRAI, em articulação com a Ouvidoria de Direitos Humanos, recebe de denúncias em caso de violações de direitos humanos de imigrantes.

Houve  também a realização de campanhas de sensibilização e combate a xenofobia por parte da SMDHC, como “São Paulo tem lugar para todos e para todas. Menos para a intolerância”, veiculada por meio de folders, banners e nos transportes públicos da cidade, além de sua atuação nas redes sociais e nos canais de televisão. Ao apontar a população paulistana como constituída “de todas as nacionalidades e por migrantes”, abordou as questões discriminatórias com um direcionamento cultural e de integração.

**Propostas-síntese:**

**E4\_1:** Implementar serviço remoto de tradução e mediação cultural que faça a ponte entre os serviços públicos - saúde, educação, assistência social, segurança etc. - e a população imigrante atendida, com funcionamento 24 horas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC2\_18ago\_ZS\_59.

**E4\_2:** Criar um serviço de intérpretes - composto pelo quadro existente de funcionárias/os/es públicas/os/es e/ou por mediadoras/es culturais contratadas/os/es - garantindo a comunicação entre a/o/e agente pública/o/e e a pessoa imigrante bem como um atendimento que respeite a diversidade cultural.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_PC4\_15set\_ZCO\_295; E4\_CL14\_21set\_ZC\_364.

**E4\_3:** Promover a divulgação e a produção de cartilhas relacionadas aos direitos humanos.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_CL16\_21set\_ZC\_382; E4\_CL18\_15set\_ZC\_403; E4\_CL21\_22set\_ZO\_450; E4\_CL22\_22set\_ZL\_460.

**E4\_4:** Promover campanhas de políticas inclusivas por meio de feiras, cursos, seminários e mutirões com ênfase no trabalho, acesso à documentação, entre outros.

Código de identificação das propostas agrupadas**:** E4\_CL16\_21set\_ZC\_383; E4\_CL21\_22set\_ZO\_451; E4\_CL22\_22set\_ZL\_460.

**E4\_5:** Criar programa permanente de conscientização sobre direitos da população imigrante utilizando diversas mídias, tais como a realização de mini-vídeos, e diversos canais de difusão, como as redes sociais e os meios de divulgação dos espaços públicos - ônibus, escolas, postos de saúde - tendo como sugestão a proposta da Educomunicação.

Código de identificação das propostas agrupadas**:** E4\_PC1\_17ago\_ZN\_16; E4\_CL5\_01set\_ZC\_156; E4\_PC4\_15set\_ZCO\_299; E4\_CL18\_15set\_ZC\_402; E4\_CL22\_22set\_ZL\_460.

**E4\_6:** Criar políticas públicas específicas para pessoas idosas imigrantes promovendo a sua integração e combatendo a discriminação geracional.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_CL4\_30ago\_ZL\_130.

**E4\_7:** Criar programas de conscientização da população acerca das pessoas imigrantes com deficiência, promovendo a sua integração social.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_CL7\_09set\_ZS\_200.

**E4\_8:** Facilitar o acesso e entendimento do conteúdo do site da Prefeitura a fim de facilitar procedimentos burocráticos e promover o acesso a aplicativos já existentes de comunidades imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_PC1\_17ago\_ZN\_19.

**E4\_9:** Possibilitar que o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) receba denúncias e demandas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC1\_17ago\_ZN\_02.

**E4\_10:** Disponibilizar um canal de denúncias online inserido no site da Prefeitura, possibilitando o registro de casos de xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação e garantir o encaminhamento das denúncias.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_CL11\_16set\_ZC\_331.

**E4\_11:** Fortalecer e promover o acesso à Ouvidoria de Direitos Humanos (SMDHC), enquanto lugar seguro para acolhimento de denúncias de discriminação, preconceito, racismo e xenofobia sofridas por pessoas imigrantes, divulgando-a em diferentes idiomas em espaços públicos e privados e garantindo o encaminhamento e o monitoramento das denúncias recebidas.

Código de identificação das propostas agrupadas:E1\_PC1\_17ago\_ZN\_01; E4\_CL7\_09set\_ZS\_198; E4\_PC3\_14set\_ZL\_260; E4\_PC4\_15set\_ZCO\_297; E4\_CL18\_15set\_ZC\_401; E4\_CL19\_16set\_ZL\_427; E4\_CL19\_16set\_ZL\_428.

**E4\_12:** Denunciar a ocorrência de toda forma de discriminação e xenofobia contra a pessoa imigrante na cidade de São Paulo, assim como tornar mais acessíveis os canais de denúncia e os serviços disponíveis, e trabalhar em conjunto com órgãos públicos que realizam o atendimento de assistência e integração.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_PC1\_17ago\_ZN\_19; E4\_CL4\_30ago\_ZL\_132; E4\_CL5\_01set\_ZC\_154; E4\_PC4\_15set\_ZCO\_297; E4\_CL18\_15set\_ZC\_403.

**E4\_13:** Tornar mais acessíveis os canais de denúncia e os serviços disponíveis, capacitando os atendentes do "Portal de Atendimento SP 156" para casos de xenofobia, intolerância religiosa e outras formas de preconceito; coletando, sistematizando e divulgando dados relativos a violações de direitos humanos, especialmente em situações de morte violenta.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_PC1\_17ago\_ZN\_19.

**E4\_14:** Ampliar e divulgar as diversas ouvidorias existentes no município para o recebimento de sugestões e reclamações em relação à qualidade do atendimento à população imigrante nas políticas públicas setoriais correspondentes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL9\_11set\_ZC\_218.

**E4\_15:** Promover e realizar atividades de formação sobre temáticas relacionadas à proteção de direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação em diferentes frentes de atuação pública municipal, sobretudo para o conselho tutelar e nas instituições de ensino envolvendo toda a comunidade escolar (professoras/es, alunas/os/es e familiares), incentivando a participação de coletivos e organizações de imigrantes, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) como formadoras/es.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC1\_17ago\_ZN\_16; E4\_PC2\_18ago\_ZS\_57; E4\_PC3\_14set\_ZL\_259; E4\_CL22\_22set\_ZL\_460.

**E4\_16:** Apoiar reuniões e eventos para confraternização entre diferentes religiões e realizar campanhas que afirmem o estado laico e a proteção direito de expressar livremente sua religião sem que seja discriminado/a/e por este motivo.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC1\_17ago\_ZN\_16; E4\_CL19\_16set\_ZL\_425.

**E4\_17:** Reforçar o trabalho de divulgação junto às comunidades imigrantes sobre a Lei de Migração (Lei 13.345/2017) e os direitos sociais previstos na legislação brasileira, com recorte de gênero, por meio de formação, palestras, rodas de conversa, pílulas de conteúdo via redes sociais e mini-vídeos sobre a temática e em parceria com organizações de imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC2\_18ago\_ZS\_60; E1\_CL2\_25ago\_ZN\_81; E4\_CL5\_01set\_ZC\_155.

**E4\_18:** Realizar campanha de sensibilização visando o reconhecimento da validade do protocolo de refúgio e/ou do protocolo de autorização de residência, junto a entidades públicas e privadas, envolvendo organizações que atuem com a temática migratória e outras secretarias municipais, de forma a promover o acesso a direitos e serviços, a abertura de contas bancárias, o acesso a estágios profissionais, entre outros**.**

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_PC4\_15set\_ZCO\_280; E4\_CL11\_16set\_ZC\_330.

**E4\_19:** Incidir pela humanização e maior agilidade do procedimento de naturalização, tornando-o mais acessível.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL4\_30ago\_ZL\_121.

**E4\_20:** Realizar estudos sobre o tema da xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação no intuito de conscientizar a sociedade e divulgá-los nos meios de comunicação e em espaços públicos.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL7\_09set\_ZS\_199.

**E4\_21:** Solicitar sob iniciativa do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) e da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), a prestação de contas às Secretarias Municipais relacionadas a sua atuação junto à população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL2\_25ago\_ZN\_99.

**E4\_22:** Exigir que a Prefeitura Municipal de São Paulo, especialmente a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), pronuncie-se sobre a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 666/2019, denunciando sua inconstitucionalidade e seu caráter perverso frente a defesa dos direitos humanos de pessoas imigrantes no Brasil.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL4\_30ago\_ZL\_131.

**E4\_23:** Criar uma unidade de apoio (com possibilidade de ser uma unidade móvel) na Polícia Federal que atenda à comunidade imigrante e que conte com a presença de intérpretes e tradutoras/es, oferecendo serviços como: difusão de informações sobre documentação, atendimento da DPU por meio de parceria, divulgação de material informativo de organizações e coletivos que atendem pessoas imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL2\_25ago\_ZN\_96.

**E4\_24:** Aproximar e intermediar, via iniciativa da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD) e do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), o diálogo entre órgãos federais - Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério Público do Trabalho etc. - com a sociedade civil.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL2\_25ago\_ZN\_97.

**E4\_25:** Incidir pela inclusão do atendimento de pessoas imigrantes no Poupatempo, facilitando o acesso à obtenção de documentos de regularização migratória e descentralizando os serviços já existentes que realizam a emissão de documentos dessa população.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC1\_17ago\_ZN\_18.

**E4\_26:** Realizar reorientação, requalificação, descentralização e sensibilização das/os/es funcionárias/os/es do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), assim como ampliar suas atividades, incluindo serviços de intermediação de mão de obra, realização de cursos de português e profissionalizantes e atendimento jurídico diário (e com turno completo) com maior número de defensoras/es e a contratação de advogadas/os/es no CRAI, com vistas a promover maior participação social e equidade de acesso.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC1\_17ago\_ZN\_17; E1\_PC4\_15set\_ZCO\_283.

**E4\_27:** Incidir pela desburocratização na retirada de documentos.

Código de identificação das propostas agrupadas: E1\_CL18\_18set\_ZC\_387b.

**E4\_28:** Contratar agentes comunitárias/os/es que façam a intermediação em situação de conflito e violência.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_CL6\_08set\_ZN\_172.

**E4\_29:** Aprimorar e ampliar as capacitações sobre direitos, atendimentos culturalmente sensíveis e especificidades da população imigrante, incluindo a participação de pessoas imigrantes e de representantes das secretarias municipais como formadoras/os/es, destinadas a agentes de saúde, professoras/es do "Programa de Portas Abertas", profissionais da educação, trabalhadoras/es dos Centros de Acolhida, funcionárias/os/es das entidades conveniadas que atuem com a população imigrante, entre outras.

Código de identificação das propostas agrupadas**:** E4\_PC1\_17ago\_ZN\_16; E4\_PC2\_18ago\_ZS\_56; E4\_PC2\_18ago\_ZS\_58; E4\_CL9\_11set\_ZC\_224; E4\_PC314set\_ZL\_258; E4\_PC3\_14set\_ZL\_261; E4\_PC4\_15set\_ZCO\_296; E4\_PC4\_15set\_ZCO\_298; E4\_CL11\_16set\_ZC\_329.

**E4\_30:** Promover a contratação de pessoas imigrantes como mediadoras/os/es culturais.

Código de identificação das propostas agrupadas: E4\_PC1\_17ago\_ZN\_16.

***Eixo V. Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços***

Impactos no campo da saúde, reprodução, educação, acesso ao trabalho e exposição à violência de gênero, afetam principalmente à população feminina imigrante. Esta população vem crescendo nos últimos tempos e, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações em 2018, corresponde ao 48% do total de imigrantes no mundo (48%). A feminização da pobreza afeta diretamente o aumento de mulheres que deixam seus países em circunstâncias e motivos diversos. Portanto, as diferentes interseções que compõem os grupos femininos no contexto de migração agudizam os riscos de vulnerabilidade e apresentam maiores barreiras para o acesso a serviços e garantia dos seus direitos. **A violência de gênero constitui um dos** **fatores que mulheres imigrantes vivenciam por sua dupla condição**, sendo necessárias ações de prevenção às diversas violências, bem como uma perspectiva de promoção de igualdade de direitos na implementação de políticas destinadas para esta população.

A sigla LGBTI+ é utilizada ao redor do mundo, com algumas variações, para se referir a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersex, travestis, transgênero e gêneros não binários, entre outras orientações sexuais e identidades de gênero que se encontram fora da heteronormatividade e da cisgeneridade. **A orientação sexual e/ou a identidade de gênero são muitas vezes motores da migração e afetam, não só a integração local de imigrantes, como também podem reforçar as barreiras de acesso a serviços e a garantia de seus direitos.** Além da discriminação muitas vezes sofrida no país de origem, estas pessoas estão sujeitas a enfrentar dificuldades na inserção na comunidade imigrante no país de destino, bem como estão vulneráveis à violência na sociedade para a qual migram. Essa dupla discriminação promove uma invisibilidade da população imigrante LGBTI+ que dificulta seu acesso a políticas públicas e o conhecimento do Estado em relação às demandas e especificidades desses grupos.

 A construção de agendas nas políticas públicas para a promoção de direitos das mulheres e da população LGBTI+  no contexto migratório coloca o desafio de ampliar as abordagens e estratégias de atendimento, proteção e garantia de direitos destas populações, considerando as especificidades de gênero, de sexualidade, de cultura, linguística e étnico/raciais. Portanto, a promoção e garantia de direitos e serviços para mulheres e população LGBTI+ imigrantes requer a implementação e o aprimoramento de políticas transversais que visem a sua efetiva integração.

Nesse aspecto, procurando trabalhar a inserção econômica, promover o acesso a serviços para a saúde da mulher e da família, o acesso à educação e nas ações para o enfrentamento da violência (tanto de natureza física, emocional, psicológica e/ou sexual), desenvolve-se a proposta de **qualificar e sensibilizar os equipamentos públicos para atenção a mulheres imigrantes vítimas de violência**, respeitando a diversidade cultural, religiosa e sexual com a garantia da aplicação da Lei Maria da Penha para todas as mulheres migrantes. Além disso, coloca-se a importância de elaborar **material em diversos idiomas com ampla distribuição,** visando uma **assistência jurídica especializada**; capacitar e fortalecer a **rede de serviços para atendimento e acolhimento de denúncias**; garantia de **acesso a centros de acolhida e moradia para mulheres em situação de risco**, além de fluxo de acompanhamento; ampliação de **acesso a creches**; inclusão do **parto humanizado para mulheres imigrantes** mediante a criação de casas de parto e divulgação dessas casas; respeito e incentivar a **valorização da multiculturalidade e ancestralidade das culturas**.

Entre as **ações implementadas pela Prefeitura de São Paulo, destacam-se:** a oferta de atendimento no **Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes** (CRAI) desde 2014, um equipamento público municipal de referência na atenção especializada à população imigrante da cidade de São Paulo; promoção do diálogo e realização de **rodas de conversa com as mulheres e população LGBTI+ imigrantes** sobre acesso e promoção dos seus direitos, mecanismos de prevenção de violência, autoestima, protagonismo, direitos sexuais, direitos reprodutivos e diferenças culturais; **inclusão de capítulo sobre Lei Maria da Penha na cartilha “Portas Abertas”**, para ser abordado em sala de aula no curso de português para imigrantes oferecidos pela Prefeitura de São Paulo; a realização de oficinas de fortalecimento da população LGBTI+ imigrante e de **formação e aproximação institucional entre os Centros de Cidadania LGBTI e o CRAI**; e desenvolvimento do Projeto Interagencial, em parceria com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), para fortalecer a atenção a imigrantes em situação de violência contra mulheres e adolescentes.

**Propostas-síntese:**

**E5\_1:** Criar fluxo envolvendo Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI), Centro de Referência da Mulher (CRM), Centro de Cidadania da Mulher (CCM) e órgãos de outros entes federativos no sentido de apoiar o acompanhamento de mulheres imigrantes em situação de violência no acesso aos serviços protetivos e socioassistenciais, fortalecendo a rede de acolhimento de denúncias e garantindo o atendimento em diferentes línguas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC1\_17ago\_ZN\_22; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_303; E5\_CL18\_15set\_ZC\_404.

**E5\_2:** Criar fluxo envolvendo Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI), Centro de Cidadania LGBTI (CLGBTI) e órgãos de outros entes federativos no sentido de apoiar o acompanhamento de pessoas LGBTI imigrantes em situação de violência no acesso aos serviços protetivos e socioassistenciais, fortalecendo a rede de acolhimento de denúncias e garantindo o atendimento em diferentes línguas.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC1\_17ago\_ZN\_22; E5\_CL7\_09set\_ZS\_202; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_303; E5\_CL18\_15set\_ZC\_404.

**E5\_3:** Criar articulação entre a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD) e a Coordenação de Políticas para População LGBTI (CPLGBTI) com intuito de desenvolver ações conjuntas para o atendimento da população LGBTIQ imigrante estabelecendo diálogo entre o poder público, a população e as organizações da sociedade civil.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL2\_25ago\_ZN\_101; E5\_CL17\_21set\_ZC\_395a; E5\_CL17\_21set\_ZC\_397a.

**E5\_4:** Ampliar as campanhas informativas referentes a violência baseada em gênero e orientação sexual, direitos das mulheres e da população LGBTI na legislação brasileira, serviços especializados de proteção e apoio, canais de denúncia e acesso à justiça, traduzidas em diferentes idiomas e direcionadas ao público imigrante em geral, promovendo o lançamento e/ou divulgação ativa desse material para as comunidades imigrantes, assim como em Centros de Acolhida, entre outros espaços e serviços.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL7\_09set\_ZS\_202; E5\_CL7\_09set\_ZS\_204; E5\_CL9\_11set\_ZC\_226; E5\_CL9\_11set\_ZC\_227; E5\_PC3\_14set\_ZL\_262; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_300; E5\_CL17\_21set\_ZC\_398a; E5\_CL18\_15set\_ZC\_405; E5\_CL18\_15set\_ZC\_407.

**E5\_5:** Ampliar a divulgação ativa de informações, em diferentes idiomas, para pessoas LGBTI imigrantes relacionadas ao (1) acesso às políticas públicas (como a política de saúde, especialmente saúde sexual e saúde mental), (2) à regularização migratória (sobretudo relacionada ao casamento e união estável homoafetivos), e (3) ao direito ao refúgio (principalmente por perseguição em virtude de orientação sexual e identidade de gênero); bem como a realização de campanhas nos equipamentos públicos e nos espaços frequentados pelas comunidades imigrantes, engajando coletivos e organizações da sociedade civil.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC2\_18ago\_ZS\_65; E5\_CL2\_25ago\_ZN\_105; E5\_CL7\_09set\_ZS\_204; E5\_PC3\_14set\_ZL\_263; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_300; E5\_CL17\_21set\_ZC\_396a; E5\_CL17\_21set\_ZC\_398a.

**E5\_6:** Ampliar o acesso à informação para mulheres imigrantes sobre direitos sexuais e reprodutivos por meio da disponibilização de materiais já existentes, ou a produção de outros materiais, traduzidos em diferentes idiomas, da realização de campanhas de divulgação ativa nos equipamentos públicos e nos espaços frequentados pelas comunidades imigrantes, engajando coletivos e organizações da sociedade civil.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL7\_09set\_ZS\_204; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_300.

**E5\_7:** Desenvolver campanhas e ações de sensibilização e informação com os homens e meninos imigrantes para prevenção da violência de gênero contra a mulher e população LGBTI, bem como sobre a responsabilização familiar paterna.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC4\_15set\_ZCO\_304; E5\_CL18\_15set\_ZC\_405; E5\_CL18\_15set\_ZC\_407.

**E5\_8:** Desenvolver campanhas contra a xenofobia e a LGBTfobia e divulgar a legislação referente ao tema.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL4\_30ago\_ZL\_134; E5\_CL5\_01set\_ZC\_157; E5\_CL7\_09set\_ZS\_203.

**E5\_9:** Realizar formações sobre a Lei Maria da Penha às mulheres cis e trans imigrantes e sensibilizar e formar os órgãos e espaços de atendimento às mulheres sobre as especificidades do atendimento à população imigrante, promovendo a participação de coletivos e organizações que atuem na temática.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC2\_18ago\_ZS\_61; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_301.

**E5\_10:** Promover formações para mulheres e população LGBTI imigrantes sobre a política municipal e os direitos garantidos por lei para essa população.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC1\_17ago\_ZN\_23; E5\_CL4\_30ago\_ZL\_134; E5\_CL7\_09set\_ZS\_206.

**E5\_11:** Capacitar funcionárias/os/es para o atendimento não heteronormativo nos equipamentos de atenção à população LGBTIQ imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL2\_25ago\_ZN\_102; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_301.

**E5\_12:** Capacitar os profissionais da saúde para promover e garantir o atendimento humanizado à população imigrante, respeitando as diferenças culturais, religiosas, de idioma, crenças e formas de autocuidado no que concerne aos serviços de saúde, com atenção especial a redesignação sexual, tratamento hormonal, parto e puerpério.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC2\_18ago\_ZS\_63; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_301.

**E5\_13**: Promover a inclusão de imigrantes LGBTI no Programa Transcidadania.

Código de identificação das propostas agrupadas:E5\_PC2\_18ago\_ZS\_62; E5\_CL4\_30ago\_ZL\_134.

**E5\_14:** Criar espaços - fixos e móveis - voltados à população imigrante que contemplem as demandas LGBTIQ.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL2\_25ago\_ZN\_103; E5\_CL2\_25ago\_ZN\_104; E5\_CL4\_30ago\_ZL\_134.

**E5\_15:** Promover e garantir a manutenção de locais seguros para mulheres e LGBTI+ imigrantes em Centros de Acolhida municipais por meio da realização de atividades de formação e/ou rodas de conversa, de campanhas contínuas sobre temáticas correlatas, da capacitação e sensibilização de equipes técnicas desses espaços assim como o monitoramento dessas ações a fim de assegurar o atendimento humanizado e não heteronormativo.

Código de identificação das propostas agrupadas:E5\_PC1\_17ago\_ZN\_25; E5\_CL4\_30ago\_ZL\_134; E5\_PC3\_14set\_ZL\_264.

**E5\_16:** Ampliar ações e projetos de geração de trabalho, emprego e renda especificamente para mulheres e população LGBTI imigrante, tais como a conscientização e realização de parcerias com empresas para a contratação dessas populações e a incidência para a abertura de linhas de crédito.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC1\_17ago\_ZN\_24; E5\_CL7\_09set\_ZS\_205; E5\_PC4\_15set\_ZCO\_302; E5\_CL18\_15set\_ZC\_406.

**E5\_17:** Promover a autonomia familiar por meio da expansão do acesso à creche independente da situação migratória e documental e/ou da criação de uma rede comunitária pública de cuidado de filhas/os/es garantindo o atendimento humanizado e multilíngue.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_PC1\_17ago\_ZN\_21; E5\_PC1\_17ago\_ZN\_24.

**E5\_18:** Criar políticas públicas e programas sociais específicos para mulheres que chegam à cidade de São Paulo na condição de gestantes e/ou em monoparentalidade, incluindo a ampliação da oferta e a criação de casas de acolhida específicas para esse público.

Código de identificação das propostas agrupadas: E5\_CL4\_30ago\_ZL\_133; E2\_CL5\_01set\_ZC\_148; E2\_CL14\_21set\_ZC\_362.

**E5\_19:** Produzir e lançar mapeamento de coletivos, grupos e comunidades LGBTI+ atuantes no município de São Paulo.

Código de identificação das propostas agrupadas E5\_PC3\_14set\_ZL\_265.

**E5\_20:** Promover o acesso à justiça, direitos e serviços para mulheres e pessoas LGBTI+ imigrantes em conflito com a lei. Dentre possíveis ações está o fortalecimento do papel do Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI) no fluxo judiciário, com maior articulação com a Defensoria Pública a fim de assegurar maior equidade no processo judicial (garantindo a progressão de pena, independente de situação documental, a disponibilização de tradutores e mediadores culturais durante o processo, facilitação do contato familiar e o acesso às casas de acolhida).

Código de identificação das propostas agrupadas E5\_PC2\_18ago\_ZS\_64; E5\_PC3\_14set\_ZL\_266.

**E5\_21:**Promover o acesso integral à educação para mulheres e pessoas LGBT imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas E5\_PC1\_17ago\_ZN\_23.

**E5\_22:** Reconhecer a igualdade de direitos das mulheres e da população imigrante LGBTI+ com a população nativa.

Código de identificação das propostas agrupadas E5\_CL5\_01set\_ZC\_158.

***Eixo VI. Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional***

De acordo com o Decreto Municipal nº 57.533/2016 que regulamenta a PMPI, em seus artigos 15 a 18, cabe à **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET)** desenvolver políticas públicas que possibilitem a inclusão econômica e produtiva da população imigrante de São Paulo.

Um dos aspectos essenciais é o acesso ao **mercado de trabalho formal.** Nesse contexto, o acesso à **Carteira de Trabalho e Previdência Social** é o primeiro passo para a garantia dos direitos trabalhistas.

Outra dimensão fundamental é o **reconhecimento e revalidação de certificados e títulos de estudos, o registro profissional em entidades de classe, bem como o reconhecimento de habilidades e experiências.** Nesse âmbito, o poder público municipal tem a competência, dentre outras ações, de realizar parcerias com órgãos competentes no reconhecimento e revalidação, promover o acesso à informação sobre os diversos trâmites, bem como sensibilizar atores empregadores no sentido de flexibilizar exigências de contratação.

Outro fator importante é o **acesso da população imigrante à bancarização.** Trata-se de um elemento importante para a segurança pessoal, o recebimento de salário via conta bancária e o acesso ao crédito e microcrédito. Neste tema, vale mencionar a Carta Circular nº3.818/2017 do Banco Central, órgão responsável por regulamentar a atividade bancária no país, que esclarece os documentos aceitos para a abertura de contas bancárias - incluindo documentos habituais da população imigrante, muitas vezes não aceitos nas agências.

Além disso, um dos principais desafios são os **expressivos índices de informalidade registrados entre as/os/es trabalhadoras/es imigrantes.** Nesse sentido, além do apoio ao empreendedorismo por parte da SMDET, vale destacar o papel da Secretaria Municipal de Subprefeituras (SMSUB) na autorização do uso do espaço público municipal por terceiros, para fins de comércio e prestação de serviço. Em 2019, a SMSUB implementou o **Programa “Tô Legal”**, por meio do qual a/o/e munícipe pode solicitar a Portaria de Autorização para até 90 dias, e somente em determinadas regiões da cidade.

Em relação ao **combate ao trabalho escravo contemporâneo**, São Paulo conta com a  **Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE-SP)**, que estrutura a política pública municipal de prevenção e enfrentamento à essa violação no âmbito do município.  A COMTRAE-SP é um órgão colegiado paritário vinculado à SMDHC, contando com 10 membros do poder público municipal e 10 da sociedade civil, bem como uma série de órgãos observadores. O colegiado foi instituído pela Lei Municipal nº 15.764/2013 (art. 263) e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 54.432/2013 (atualizado no Decreto Municipal n° 58.123/2018).

Compete à COMTRAE, dentre outras atribuições, **avaliar e acompanhar as ações, os programas, os projetos e os planos relacionados à prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo no Município de São Paulo** e recomendar a elaboração de estudos e pesquisas, bem como incentivar a **realização de campanhas** relacionadas ao enfrentamento ao trabalho escravo.

**Propostas-síntese:**

**E6\_1:** Promover a revalidação de diplomas, por meio da criação de uma comissão para incidência e acompanhamento desses processos oferecidos por diferentes faculdades em São Paulo, debatendo os seus custos elevados e produzindo material informativo sobre o tema, assim como pela ampliação da oferta e da divulgação de serviços de auxílio a revalidação de diploma.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC2\_18ago\_ZS\_74; E3\_CL4\_30ago\_ZL\_128; E6\_CL5\_01set\_ZC\_163; E8\_CL5\_01set\_ZC\_167; E6\_CL18\_15set\_ZC\_409; E7\_CL18\_15set\_ZC\_416; E6\_CL19\_16set\_ZL\_433; E6\_CL22\_22set\_ZL\_462; E7\_CL22\_22set\_ZL\_465.

**E6\_2:** Criar uma comissão para incidência e acompanhamento dos processos de reconhecimento de certificados de ensino técnico e de ensino médio, bem como para a produção de material informativo para população imigrante sobre o tema.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC1\_17ago\_ZN\_26; E7\_PC2\_18ago\_ZS\_74; E6\_CL22\_22set\_ZL\_462; E7\_CL22\_22set\_ZL\_465.

**E6\_3:** Criar um processo de certificação de habilidades e aptidões profissionais baseado em estágio profissional e/ou aplicação de testes de aptidão, a serem realizados pelo Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (CATe/SDTE), de forma a garantir a valorização de saberes das pessoas imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC1\_17ago\_ZN\_26; E6\_CL7\_09set\_ZS\_208; E6\_PC4\_15set\_ZCO\_306; E6\_CL11\_16set\_ZC\_335.

**E6\_4:** Promover parcerias - como com o Sistema "S" - para o oferecimento de cursos diversificados de capacitação para população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL6\_08set\_ZN\_177; E6\_PC4\_15set\_ZCO\_306; E1\_CL12\_16set\_ZS\_347.

**E6\_5:** Promover a formação profissionalizante para mulheres imigrantes nas diferentes áreas de atuação, por meio de convênios e acordos com o sistema “S” estabelecendo ações afirmativas de inclusão dessas mulheres, tendo em consideração a oferta em horários adequados às especificidades dessa população.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL2\_25ago\_ZN\_109; E6\_CL20\_22set\_ZL\_445.

**E6\_6:** Ampliar a oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional voltados a diferentes áreas de atuação, adequando os horários às especificidades da população imigrante, incentivando a troca de conhecimentos e a contratação de capacitadoras/es imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL5\_01set\_ZC\_162; E6\_CL7\_09set\_ZS\_209; E7\_CL7\_09set\_ZS\_214; E6\_CL12\_16set\_ZS\_350; E6\_CL19\_16set\_ZL\_430; E6\_CL20\_22set\_ZL\_444; E6\_CL19\_16set\_ZL\_431.

**E6\_7:** Criar um programa para promover a intermediação de vagas de emprego para a população imigrante por meio de mutirões e eventos de contratação; da articulação com representações consulares para apoio em traduções certificadas; da sensibilização de empresas e empregadoras/es para contratação de pessoas imigrantes considerando nesse processo as especificidades dessa população (entre elas, a flexibilização do domínino da língua portuguesa e a aceitação do protocolo como documento válido).

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL6\_08set\_ZN\_176; E6\_PC3\_14set\_ZL\_270; E6\_PC4\_15set\_ZCO\_307; E6\_CL11\_16set\_ZC\_332; E6\_CL18\_15set\_ZC\_410; E6\_CL19\_16set\_ZL\_429.

**E6\_8:** Ampliar o atendimento de pessoas imigrantes realizado pelos Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (CATe/SDTE) com especial atenção a orientação e encaminhamento a vagas de trabalho.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL6\_08set\_ZN\_173; E6\_CL7\_09set\_ZS\_207; E6\_CL19\_16set\_ZL\_431.

**E6\_9:** Incentivar junto às empresas o reconhecimento de experiências laborais nos países de origem (não registradas na Carteira de Trabalho e Previdência Social brasileira - CTPS) durante a intermediação de vagas para pessoas imigrantes por parte das agências de apoio à/ao trabalhador/a/e.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC1\_17ago\_ZN\_28; E6\_CL11\_16set\_ZC\_336.

**E6\_10:** Criar uma plataforma municipal para registro e disponibilização de projetos elaborados por pessoas imigrantes em busca de fomento, possibilitando o financiamento por parte da própria Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e/ou por terceiras/os/es interessadas/os/es, bem como a disponibilização de currículos de trabalhadoras/es imigrantes de forma a promover a facilitação de sua contratação.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL4\_30ago\_ZL\_136; E6\_CL9\_11set\_ZC\_232; E6\_PC4\_15set\_ZCO\_308.

**E6\_11:** Promover ações de empreendedorismo e o acesso ao microcrédito e ao crédito para pessoas imigrantes empreendedoras por meio da isenção temporária de pagamento de taxas municipais, da criação de subsídios específicos e de diálogos e parcerias com instituições financeiras, conforme estabelecido no art. 17 do Decreto Municipal 57.533/2016.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC2\_18ago\_ZS\_68; E6\_CL6\_08set\_ZN\_174; E6\_CL7\_09set\_ZS\_211; E6\_CL9\_11set\_ZC\_229; E6\_PC3\_14set\_ZL\_268.

**E6\_12:** Promover a formalização de empreendedoras/es imigrantes ampliando e aprimorando os serviços de atendimento presencial especializado em relação a procedimentos de abertura e formalização de empresas de micro/pequeno/médio/grande porte (certidões, taxas, documentos em geral), incluindo atendimento em diversos idiomas e a adequação das plataformas digitais da Prefeitura Municipal de São Paulo para as especificidades da população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC2\_18ago\_ZS\_67; E6\_CL6\_08set\_ZN\_175; E6\_CL9\_11set\_ZC\_230; E6\_CL9\_11set\_ZC\_231.

**E6\_13:** Criar um canal de comunicação e articulação entre o GT Migra da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDTE) junto ao Ministério da Economia para tratativas em relação ao Micro empreendedor Individual (MEI).

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC4\_15set\_ZCO\_305.

**E6\_14:** Promover cursos de empreendedorismo gratuitos para a população imigrante que, dentre outras ações, auxiliem na elaboração de projetos, no estabelecimento de parcerias com possíveis financiadores e que conte com a avaliação desses projetos por um comitê de especialistas.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL5\_01set\_ZC\_161; E6\_CL16\_21set\_ZC\_387a; E6\_CL21\_22set\_ZO\_455.

**E6\_15:** Incentivar a interlocução entre a Prefeitura de São Paulo, o Ministério de Economia e o Governo do Estado de São Paulo para viabilizar a emissão descentralizada de carteira de trabalho em equipamentos públicos municipais e nos Poupatempos, minimizando as dificuldades e a burocratização enfrentadas, bem como para possibilitar a candidatura a vagas de emprego nestes postos de emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC2\_18ago\_ZS\_66; E6\_CL11\_16set\_ZC\_334; E6\_CL18\_15set\_ZC\_408; E6\_CL19\_16set\_ZL\_432.

**E6\_16:** Criação de um programa, em articulação com as esferas competentes, para o monitoramento de empresas que empregam trabalhadoras/es imigrantes, incentivando maior fiscalização das relações de trabalho, prevenindo o trabalho em condições análogas a de escravo, e promovendo a garantia de direitos estabelecidos na legislação nacional.

Código de identificação das propostas agrupadas: E6\_CL4\_30ago\_ZL\_135; E4\_CL7\_09set\_ZS\_201; E6\_CL12\_16set\_ZS\_351; E6\_CL13\_19set\_ZN\_357; E6\_CL18\_15set\_ZC\_411; E6\_CL18\_15set\_ZC\_412.

**E6\_17:** Garantir a abertura de editais municipais para contratação de servidoras/es e agentes públicas/os/es imigrantes, nos termos da Lei Municipal 13.404/2002, e da Lei Municipal 16.478/2016.

Código de identificação das propostas agrupadas: E6\_PC1\_17ago\_ZN\_27; E6\_CL2\_25ago\_ZN\_108.

**E6\_18:** Promover campanhas, em colaboração com organizações da sociedade civil e a população imigrante, buscando a conscientização sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo, divulgando os canais de denúncia e as formas de reinserção laboral.

Código de identificação das propostas agrupadas: E6\_PC1\_17ago\_ZN\_29; E6\_CL5\_01set\_ZC\_159; E6\_CL22\_22set\_ZL\_463.

**E6\_19:** Promover ações que incentivem o trabalho decente, por meio da ampliação da oferta e divulgação de orientação sobre direitos trabalhistas e previdenciários, incluindo palestras territorializadas realizadas por diferentes horários e equipamentos públicos e a distribuição de materiais informativos, bem como a ampliação de canais de denúncia e assessoria jurídica para casos de violação.

Código de identificação das propostas agrupadas: E6\_PC2\_18ago\_ZS\_69; E6\_CL9\_11set\_ZC\_228; E6\_PC3\_14set\_ZL\_269; E6\_PC4\_15set\_ZCO\_309.

**E6\_20:** Promover o acesso à informação e a divulgação, o monitoramento e a avaliação de políticas de regularização de comércio de rua, como o atual "Programa Tô Legal" da Secretaria Municipal das Subprefeituras; informar o passo a passo e dar condições (acesso à internet e computador) para a realização do cadastro; aprimorar a oferta de locais disponíveis, condições e valores acessíveis de pagamento e maiores vigências de autorização; e, ofertar um serviço itinerante de apoio à informação sobre o Programa nos territórios.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC3\_14set\_ZL\_267; E6\_CL16\_21set\_ZC\_384; E6\_CL16\_21set\_ZC\_385; E6\_CL21\_22set\_ZO\_452; E6\_CL21\_22set\_ZO\_453.

**E6\_21:** Incentivar a auto-organização de feirantes imigrantes para que possam dialogar autonomante com as subprefeituras e regularizar seus espaços de trabalho.

Código de identificação das propostas agrupadas: E6\_CL2\_25ago\_ZN\_107.

**E6\_22:** Disponibilizar mais espaços públicos seguros para que as/os/es vendedoras/os/es ambulantes e empreendedoras/os/es imigrantes possam exercer suas atividades, mantendo diálogo permanente com associações de comerciantes.

Código de identificação das propostas agrupadas**:** E6\_CL5\_01set\_ZC\_160; E6\_PC3\_14set\_ZL\_271.

**E6\_23:** Criar uma equipe técnica que promova a inclusão de pessoas imigrantes para atuar na fiscalização de vendedoras/os/es ambulantes, na regularização e resgate de produtos aprendidos, bem como nos processos de locação de espaços.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL16\_21set\_ZC\_386a; E6\_CL16\_21set\_ZC\_388a; E6\_CL21\_22set\_ZO\_454.

**E6\_24:** Incentivar o trabalho artístico independente imigrante, incidindo pelo reconhecimento da licença profissional artística do país de origem e pela desburocratização de procedimentos para a obtenção da licença profissional artística e expandindo a formação permanente, de forma a promover a não criminalização deste trabalho.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL10\_11set\_ZC\_242.

**E6\_25:** Incentir, por meio do diálogo com o governo federal, a inserção de mulheres imigrantes estudantes da rede pública regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no programa “Jovem Aprendiz”, a partir do estabelecimento de cotas.

Código de identificação das propostas agrupadas**:** E6\_CL2\_25ago\_ZN\_110.

**E6\_26:** Garantir a adequação dos editais e programas voltados ao empreendedorismo às especificidades da população imigrante, por meio da participação de representantes do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) no processo de elaboração dos editais e programas e seleção de participantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_PC2\_18ago\_ZS\_70.

**E6\_27:** Realizar parcerias junto com órgãos competentes para promover a fiscalização de oficinas irregulares, garantindo a indenização de trabalhadoras/es e regularização de oficinas**.**

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL22\_22set\_ZL\_464.

**E6\_28:** Promover e incentivar a sensibilização e capacitação das empresas e empregadoras/es no que se refere à liberdade e práticas religiosas, ancestrais e culturais, garantindo um espaço de trabalho que valorize a interculturalidade e que favoreça ações de combate ao racismo neste ambiente.

Código de identificação das propostas agrupadas: E6\_PC1\_17ago\_ZN\_30; E4\_CL13\_19set\_ZN\_356.

**E6\_29:** Instituir um programa de inserção laboral de mulheres imigrantes por meio de incentivos (fiscais, de mercado) e do diálogo permanente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDTE) com empregadoras/es e sindicatos, com especial atenção a promoção da igualdade salarial.

Código de identificação das propostas agrupadas:E6\_CL2\_25ago\_ZN\_106; E6\_CL22\_22set\_ZL\_461.

**E6\_30:** Desenvolver projetos específicos voltados para população imigrante idosa para ampliação das possibilidades de geração de renda, dentre elas a capacitação dessa população e a contratação de pessoas idosas para orientação de profissionais atuantes em diferentes áreas de especialidade.

Código de identificação das propostas agrupadas:E2\_CL7\_09set\_ZS\_193; E2\_CL9\_11set\_ZC\_220.

***Eixo VII. Acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade***

No Brasil, toda criança imigrante, independente de sua idade, status migratório ou documental, tem o direito constitucional de acesso  à educação pública em equidade como qualquer outra criança brasileira, desde o acesso à matrícula até a emissão de certificação escolar. No que tange à educação de pessoas jovens e adultas, existem possibilidades para inserção, inclusive no ensino superior, com processos seletivos voltados para a população imigrante. Entretanto, uma das particularidades da migração transnacional no Brasil é o idioma, uma questão transversal na vida da maioria da população imigrante e que se torna uma questão fundamental para os outros processos de inserção, como empregabilidade, geração de renda, comunicação cotidiana e acesso a direitos, por exemplo.

Com o objetivo de ofertar o ensino de português, gratuita e permanentemente, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) implementam, em parceria, o **Programa “Portas Abertas - Ensino de Português para Imigrantes”**. O programa é ofertado, atualmente, em 15 escolas da rede municipal de ensino, nas quatro macrorregiões da cidade, com material didático próprio. Trata-se de uma política pública pioneira, estabelecida pela Portaria Intersecretarial SMDHC/SME Nº 002, de 18 de agosto de 2017. Além disso, o programa contribui para o combate à xenofobia e ao racismo a partir da valorização da cultura de origem de alunas/os/es.

A **capacitação profissional** também é um desafio relacionado ao acesso à educação. O tema é abordado também no Eixo VI. O Município oferece cursos de empreendedorismo e profissionalizantes. O CRAI busca divulgar e encaminhar pessoas imigrantes interessadas nos cursos oferecidos na cidade.

**Propostas-síntese:**

**E7\_1:** Promover a formação de profissionais que atuam na área da educação em relação aos procedimentos de matrícula de pessoas imigrantes visando a desburocratização e garantindo o acesso universal independentemente da situação migratória e documental, nos termos do artigo 7º, inciso IV da Lei Municipal 16.478/2016.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL9\_11set\_ZC\_233; E7\_PC4\_15set\_ZCO\_312; E7\_CL18\_15set\_ZC\_413; E7\_CL18\_15set\_ZC\_415

**E7\_2:** Contemplar a participação de pessoas imigrantes nos editais de concurso público, de forma a assegurar a contratação destas para cargos públicos municipais, sobretudo na área da educação, assim como garantir a oferta de formação continuada para tais profissionais.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC3\_14set\_ZL\_275; E7\_PC4\_15set\_ZCO\_311

**E7\_3:** Garantir a contratação de pessoas imigrantes como mediadoras/es culturais para atuação multilíngue e intercultural nas escolas públicas municipais.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC1\_17ago\_ZN\_35; E7\_CL5\_01set\_ZC\_165; E7\_CL19\_16set\_ZL\_435; E7\_CL22\_22set\_ZL\_466

**E7\_4:** Garantir espaços de diálogo nas escolas públicas municipais para promover a integração de alunas/os/es imigrantes, oferecer apoio psicológico e socioassistencial, assim como canais de denúncia de casos de violência.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL14\_21set\_ZC\_365; E7\_CL16\_21set\_ZC\_391a; E7\_CL20\_22set\_ZL\_446

**E7\_5:** Ampliar a oferta de vagas em creches para crianças imigrantes, assim como mapear e intermediar o processo de obtenção de vagas e promover a formação de profissionais que atuam em centros de educação infantil a respeito das especificidades dessa população**.**

Código de identificação das propostas agrupadas:E2\_CL2\_25ago\_ZN\_88; E7\_CL5\_01set\_ZC\_164; E7\_CL6\_08set\_ZN\_178; E6\_CL7\_09set\_zs\_210; E7\_CL14\_21set\_ZC\_366; E7\_CL19\_16set\_ZL\_437; E7\_CL21\_22set\_ZO\_457.

**E7\_6:** Sistematizar e divulgar informações, em diferentes idiomas, acerca do sistema de ensino na cidade de São Paulo, incluindo dados e referências sobre equivalência escolar, formas de inserção escolar no Brasil e mapeamento e georreferenciamento de escolas municipais.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL9\_11set\_ZC\_234; E7\_CL14\_21set\_ZC\_367; E7\_CL21\_22set\_ZO\_456.

**E7\_7:** Criar um programa municipal de acolhida humanitária nas escolas públicas e incentivar a adesão do mesmo por instituições de ensino particulares da cidade de São Paulo, com eventos de valorização da diversidade de culturas trazidas pela população imigrante e que promovam o combate a xenofobia e discriminação.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL4\_30ago\_ZL\_137; E7\_CL16\_21set\_ZC\_389a; E7\_CL16\_21set\_ZC\_390a.

**E7\_8:** Promover o ingresso e a permanência de pessoas imigrantes em cursinhos populares e em instituições de ensino superior concedendo bolsas de estudo - por exemplo oriundas do Programa Bolsa Trabalho-Cursinhos Populares - bem como estabelecendo diálogos com outras esferas de poder no sentido de realizar uma prova específica - “vestibular para imigrantes” - para facilitar acesso dessa população ao ensino superior.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC2\_18ago\_ZS\_73; E7\_CL13\_19set\_ZN\_359.

**E7\_9:** Criar um programa de sensibilização e ensino de idiomas para servidoras/es públicas/os/es, em especial para profissionais da educação, ministrado por professoras/es imigrantes para melhor acolhida e comunicação.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC1\_17ago\_ZN\_32; E7\_PC1\_17ago\_ZN\_34; E7\_PC1\_17ago\_ZN\_35; E7\_PC2\_18ago\_ZS\_71; E3\_CL2\_25ago\_ZN\_92; E7\_CL9\_11set\_ZC\_235; E7\_CL18\_15set\_ZC\_414; E7\_CL22\_22set\_ZL\_467.

**E7\_10:** Ampliar a formação e capacitação de funcionárias/os/es de instituições de ensino acerca da temática migratória, com atenção para questões étnico-raciais, institucionalizando a formação continuada pautada em experiências já existentes no município - formação de servidoras/es públicas/os/es “Somos todos migrantes” realizada na Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP) e formação para professoras/es municipais participantes do "Programa Portas Abertas Português para Imigrantes" - e incentivando a participação por meio de certificação por universidade, oferta da modalidade de ensino à distância e inclusão no plano de pontuação.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL2\_25ago\_ZN\_115; E7\_PC4\_15set\_ZCO\_310.

**E7\_11:** Articular aproximação entre Secretarias de Educação municipal e estadual para mapeamento de instituições de ensino (educação básica, técnica e superior) com alunas/os/es imigrantes de todas as faixas etárias, para compartilhamento de boas práticas, como cursos de português para população imigrante, programas de formação de servidoras/es e demais atividades de mediação educacional.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC4\_15set\_ZCO\_314.

**E7\_12:** Garantir vagas nas escolas públicas para crianças, adolescentes e pessoas adultas e idosas imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL7\_09set\_ZS\_213.

**E7\_13:** Realizar projetos itinerantes de artistas imigrantes nas escolas municipais visando a ampliação do diálogo intercultural em datas de festividades imigrantes já incluídas ou a serem incorporadas no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL10\_11set\_ZC\_243.

**E7\_14:** Fortalecer os canais de diálogo com instituições de ensino privadas para a sensibilização e adoção de ações afirmativas que ampliem a inclusão de pessoas imigrantes no sistema de ensino.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC3\_14set\_ZL\_272.

**E7\_15:** Criar centros culturais, Centros Educacionais Unificados (CEUs), Centros Culturais da Juventude (CCJs) e incentivar a criação de Centros de Integração e Cidadania (CICs) por parte do Estado e promover projetos gratuitos envolvendo arte e literatura para a população imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E1\_CL12\_16set\_ZS\_346; E7\_CL19\_16set\_ZL\_436.

**E7\_16:** Criar escolas públicas bilíngues.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL19\_16set\_ZL\_438.

**E7\_17:** Incorporar no currículo escolar temas referentes à imigração, promovendo maior conhecimento por parte da comunidade escolar.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL20\_22set\_ZL\_447.

**E7\_18:** Fortalecer a política municipal de acolhimento de estudantes imigrantes no sentido de: (1) oferecer aulas de reforço de português no contraturno da educação básica; (2) oferecer aulas de idiomas para promover a aproximação cultural; (3) desenvolver um projeto que traga para a sala de aula um/a/e mediador/a/e imigrante e um/a/e professor/a/e capacitada/o/e da rede; (4) promover atividades de mediação cultural e de valorização da língua materna; (5) contratar professoras/es de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) itinerantes para que atuem nas escolas de maior concentração de alunas/os/es imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC1\_17ago\_ZN\_31; E7\_PC2\_18ago\_ZS\_72; E7\_PC4\_15set\_ZCO\_313; E7\_CL18\_15set\_ZC\_417.

**E7\_19:** Sugerir, avaliar e monitorar uma metodologia unificada para os cursos de português ofertados pelo poder público - Portas Abertas e universidades - e pela sociedade civil e iniciativa privada contemplando dois momentos: (1) português geral e (2) português orientado ao mundo do trabalho (sugestão: curso a distância da Universidade de Brasília - UnB realizado em parceria com o Ministério do Trabalho).

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL2\_25ago\_ZN\_112; E7\_CL4\_30ago\_ZL\_138.

**E7\_20:** Recomendar que os cursos de português tenham direcionamento direto para vagas de trabalho em empresas, organizações, fábricas, entre outras, com regime CLT, bem como criar um programa de incentivo ao aprendizado de língua portuguesa com viés profissional associado à realização de estágios profissionais.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL2\_25ago\_ZN\_113; E6\_CL11\_16set\_ZC\_333; E7\_CL11\_16set\_ZC\_339.

**E7\_21:** Criar cursos de português específicos para mulheres com flexibilidade de horários, apoio recreativo para as/os/es filhas/os/es, ajuda de custo para o transporte (vale transporte ou transporte livre), e que abordem informações específicas concernentes a seus direitos, referenciando os órgãos públicos de assistência a mulheres imigrantes**.**

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL2\_25ago\_ZN\_114.

**E7\_22:** Criar escolas públicas para o ensino da língua portuguesa para população imigrante, com horários flexíveis.

Código de identificação das propostas agrupadas:\_CL7\_09set\_ZS\_212; E7\_CL12\_16set\_ZS\_352; E7\_CL19\_16set\_ZL\_434.

**E7\_23:** Criar curso preparatório gratuito e acessível para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC2\_18ago\_ZS\_75; E7\_CL11\_16set\_ZC\_337.

**E7\_24:** Incidir pela substituição da exigência do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) pela validação de cursos de português com carga horária determinada no processo de naturalização.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_CL11\_16set\_ZC\_338.

**E7\_25:** Aprimorar o "Programa Portas Abertas" por meio de: (1) oferta de aulas de português em centros de acolhida para imigrantes; (2) formação continuada de professora/es em Português como Língua de Acolhimento (PLAc) - propor parceria com a Universidade de Campinas/Unicamp; (3) oferta de ensino de português avançado e para fins específicos - acadêmicos, profissionais etc. - com professoras/es capacitadas/os/es; (4) oferta de material complementar para estudantes; (5) institucionalização por lei para garantir sua continuidade; (6) adesão do Programa no subsídio de gratuidade no transporte público; (7) realização de atividades culturais; (8) ampliação de locais de oferta, a partir do mapeamento das demandas da população imigrante; (9) flexibilização dos horários, especialmente para o período noturno e finais de semana; (10) ampliação da divulgação do curso; (11) fortalecimento da qualidade do curso e a emissão do certificado de conclusão por meio de parcerias com universidades públicas.

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC1\_17ago\_ZN\_33; E7\_PC2\_18ago\_ZS\_75; E7\_CL2\_25ago\_ZN\_111; E7\_PC3\_14set\_ZL\_273; E7\_PC3\_14set\_ZL\_274; E6\_CL11\_16set\_ZC\_333; E7\_CL13\_19set\_ZN\_358; E7\_CL19\_16set\_ZL\_434; E7\_CL21\_22set\_ZO\_458.

**E7\_26:** Ampliar a formação/ capacitação de diretoras/es, servidoras/es e professoras/es em relação a interculturalidade e imigração, além de iniciativas voltadas à conscientização dos alunos sobre o respeito à diversidade.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_CL9\_11set\_ZC\_224.

**E7\_27:** Viabilizar a contratação de entidades imigrantes para a gestão de creches (Centro de Educação Infantil - CEI).

Código de identificação das propostas agrupadas:E7\_PC3\_14set\_ZL\_276.

***Eixo VIII. Acesso à saúde integral, lazer e esporte***

O Conselho Municipal de Imigrantes definiu que a temática de saúde e a de lazer e esporte poderiam ser debatidas no mesmo eixo da Conferência, devido à sua relação intrínseca no bem-estar das pessoas. É importante reforçar, por outro lado, a complexidade e relevância dos temas, buscando propiciar uma discussão de forma a construir propostas que contemplem essas temáticas.

O acesso universal à saúde é garantido pela Constituição Federal de 1988. No âmbito da Política Municipal para a População Imigrante da cidade de São Paulo, é previsto o **acesso universal da população imigrante à saúde integral, independentemente de sua situação imigratória e** documental, observadas suas necessidades especiais, diferenças nos perfis epidemiológicos e características do sistema de saúde do país de origem. Faz-se, então, necessário promover uma abordagem intercultural, bem como outros recortes a grupos específicos dentro da própria população imigrante, garantindo uma mediação cultural e linguística, assim como condições para lidar com a vulnerabilidade dessas pessoas.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde[[6]](#footnote-6), faz-se necessária a “adequação dos serviços para o acolhimento efetivo destas populações para reduzir as limitações no acesso aos serviços de saúde, tanto para as ações de assistência como de promoção e prevenção. Isso pressupõe constante ação comunicativa para diminuir resistências e receios dos imigrantes em relação aos serviços de saúde e dos trabalhadores da saúde em relação a estas populações.”

De acordo com estudo[[7]](#footnote-7) da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Ssomente entre os anos de 2013 e 2017, estima-se que os atendimentos a população migrante na rede básica de saúde na cidade de São Paulo chegaram a 8 (oito)mil (CEPAL).

Para atender a demanda crescente de atenção a esse público, o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo (CMS-SP) aprovou, em 2015, uma proposta de política de saúde para imigrantes pautada na **inclusão, no fortalecimento do acolhimento e na humanização do atendimento**. Em 2016, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) firmou acordo de cooperação com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP) para, dentre outros objetivos, implantar uma política de saúde para a população imigrante, de forma a melhorar o atendimento e os serviços voltados para esta população por meio da coordenação do **GT de Saúde dos Imigrantes e Refugiados**. O grupo se reuniu sistematicamente e realizou fóruns mensais com a participação da sociedade civil, de ONGs e coletivos de imigrantes e acadêmicos. O GT foi responsável por aprovar um **Projeto de Educação Permanente em Saúde** com o objetivo de sensibilizar agentes da saúde, bem como por organizar **200 rodas de conversa sobre imigração em 63 centros de saúde**, com imigrantes trabalhando como mediadores culturais.

O Município tem desenvolvido ações voltadas tanto para a garantia de direitos e diretrizes do SUS, quanto para contemplar as diferenças culturais e linguísticas, o enfrentamento à xenofobia e o fortalecimento das redes transdisciplinares na perspectiva do cuidado em saúde. Dentre elas, destacam-se a **realização de vídeos de acolhimento aos imigrantes** sobre os temas de enfrentamento à xenofobia e universalidade do SUS, diferenças culturais e de sistemas de saúde, imunização, etc; **áudios em sete idiomas explicando sobre o acesso ao SUS**; bem como **cartilhas informativas voltadas para esse público e folders em diversos idiomas**. Contudo, é preciso pontuar que apesar da rede para a tradução dos materiais educativos ter sido ampliada com os apoios da Secretaria de Relações Internacionais junto aos consulados dos Emirados Árabes, China e Haiti, ainda a **questão da tradução tanto de materiais escritos quanto em consultas** é um desafio na saúde, pois envolve a ética, a privacidade e o entendimento das diferenças culturais.

Além disso, trabalha-se também com uma lógica de empoderamento da população imigrante através da **ampliação do cadastramento de imigrantes para atuarem como agentes de prevenção de DST HIV/Aids e como agentes comunitários da saúde**. Atualmente, existem **8 (oito) Agentes Comunitários de Saúde** imigrantes na cidade de São Paulo, que facilitam o contato com famílias imigrantes e auxiliam a melhor identificar suas necessidades, bem como prover informações sobre serviços de saúde.

Por outro lado, segundo o Decreto Municipal nº 57.533/2016 que regulamenta a PMPI, cabe  à **Secretaria Municipal de Saúde** promover o acesso à saúde culturalmente adequado para toda a população imigrante, independentemente de sua situação imigratória e documental, segundo as diretrizes contidas no art. 14, que pode ser visto no anexo deste Caderno.

Em relação à promoção do esporte e lazer, de acordo com o Decreto Municipal nº 57.533/2016, que regulamenta a Política Municipal para População Imigrante, cabe  à **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer** garantir a **inclusão da população imigrante nos seus programas e ações de esportes, lazer e recreação, bem como seu acesso aos equipamentos esportivos municipais**, visando promover sua socialização e bem-estar.

Dentro das ações promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) do Município de São Paulo, destaca-se a realização de **capacitação para os funcionários dos 46 Centros Esportivos**, a adequação das placas de sinalização de modo a incluir outros idiomas além do português e sobretudo, a padronização da documentação necessária para a confecção de carteirinhas, de modo a incluir o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, o Protocolo de Solicitação de Refúgio ou a Carteira de Registro Nacional Migratório dentre os documentos aceitos. Todas essas ações, juntamente com o **apoio a eventos esportivos**, com destaque para a Copa dos Refugiados e Imigrantes, estão respaldadas pelo Decreto Municipal mencionado acima.

**Propostas-síntese:**

**E8\_1:** Articular cursos, campanhas de limpeza, dedetização e reciclagem junto aos órgãos competentes para uma cidade sustentável.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL6\_08set\_ZN\_183.

**E8\_2:** Criar programa de primeiro acolhimento nos equipamentos de saúde com fluxo e referenciamento dos serviços da rede socioassistencial do território, considerando que frequentemente estes são a porta de entrada da população imigrante nos serviços públicos.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC3\_14set\_ZL\_279.

**E8\_3:** Qualificar os sistemas de informação em saúde na temática de imigração com vistas a tomada de decisão das políticas públicas e publicizá-las periodicamente, considerando a dimensão do município e a escala intramunicipal.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC1\_17ago\_ZN\_37; E8\_CL2\_25ago\_ZN\_120; E8\_PC3\_14set\_ZL\_278; E8\_PC4\_15set\_ZCO\_316.

**E8\_4:** Garantir o atendimento em saúde que contemple as especificidades da população imigrante em especial de mulheres e da população LGBTI, por meio de uma equipe de referência e/ou da seleção de hospitais de referência em diversas zonas da cidade e com profissionais preparados para atender esse público.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL2\_25ago\_ZN\_116; E8\_CL11\_16set\_ZC\_341.

**E8\_5:** Garantir espaços gratuitos, seguros e adequados para o lazer e a prática, individual e coletiva, de esportes pela população imigrante por meio do reconhecimento e da adequação dos espaços já utilizados por essa população, da promoção do acesso a equipamentos públicos e da ampliação de convênios com instituições que trabalhem com o tema.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC1\_17ago\_ZN\_40; E8\_CL7\_09set\_ZS\_217; E8\_CL16\_21set\_ZC\_393a; E8\_CL16\_21set\_ZC\_394a; E8\_CL18\_15set\_ZC\_418; E8\_CL19\_16set\_ZL\_443.

**E8\_6:** Incentivar a criação de equipes esportivas de pessoas imigrantes, bem como a organização de campeonatos, em articulação com as organizações da sociedade civil.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL5\_01set\_ZC\_168; E3\_CL7\_09set\_ZS\_197; E8\_CL18\_15set\_ZC\_421

**E8\_7:** Diagnosticar a ocupação territorial dos espaços e equipamentos públicos pelas comunidades imigrantes - crianças, adolescentes, pessoas adultas e idosas e pessoas com deficiência - promovendo e estimulando o efetivo acesso ao esporte e lazer.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC2\_18ago\_ZS\_76.

**E8\_8:** Identificar e divulgar fundos públicos municipais e estaduais destinados à promoção de pesquisas e ações de saúde em espaços e equipamentos ocupados pela população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC4\_15set\_ZCO\_318.

**E8\_9:** Reestabelecer o "Grupo de Trabalho de Saúde do Imigrante e Refugiado" no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), organizando uma agenda com reuniões periódicas e ampliadas entre gestoras/os/es e população imigrante, de modo a criar uma política municipal de atendimento à saúde dessa população na cidade de São Paulo.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC1\_17ago\_ZN\_36; E8\_CL4\_30ago\_ZL\_139.

**E8\_10:** Incluir na política de educação permanente ações de sensibilização e qualificação de servidoras/es públicas/os/es municipais e parceiras/os/es acerca das questões de saúde da população imigrante, com especial atenção ao atendimento intercultural e em diversas línguas, articulando essas ações entre os equipamentos públicos municipais e estaduais, em todos os níveis de atenção à saúde.

Código de identificação das propostas agrupadas:**:** E8\_PC1\_17ago\_ZN\_37; E8\_PC2\_18ago\_ZS\_78; E8\_PC4\_15set\_ZCO\_317; E8\_CL18\_15set\_ZC\_419

**E8\_11:** Oferecer cursos de formação para doulas voltado para mulheres imigrantes, aos finais de semana.

Código de identificação das propostas agrupadas**:** E8\_CL2\_25ago\_ZN\_117.

**E8\_12:** Incluir ações de sensibilização de servidores públicas/os/es e parceiras/os/es acerca do parto humanizado e da assistência pré-natal considerando a cultura e os costumes das mulheres imigrantes.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL22\_22set\_ZL\_469.

**E8\_13:** Garantir maior agilidade e menor burocracia no sistema de saúde do município.

Código de identificação das propostas agrupadas: E8\_CL5\_01set\_ZC\_170; E8\_CL6\_08set\_ZN\_179; E8\_CL11\_16set\_ZC\_343; E8\_CL19\_16set\_ZL\_439; E8\_CL19\_16set\_ZL\_442.

**E8\_14:** Fomentar a ampliação da Estratégia de Saúde da Família como modelo de Atenção à Saúde no município de São Paulo em territórios com população imigrante, incorporando o indicador de migração recente como um fator de vulnerabilidade.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC4\_15set\_ZCO\_319.

**E8\_15:** Promover e disponibilizar a abordagem intercultural nos serviços de saúde por meio de um protocolo de atendimento multilingue e do desenvolvimento de um aplicativo para esse fim em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (SMIT).

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC1\_17ago\_ZN\_38; E8\_CL11\_16set\_ZC\_340.

**E8\_16:** Implementar o atendimento remoto de saúde à população imigrante, incluindo a saúde mental, por meio da interlocução entre a pessoa imigrante demandante e um/a/e intérprete especializada/o/e.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC2\_18ago\_ZS\_80.

**E8\_17:** Padronizar os atendimentos nos equipamentos de saúde em diversos idiomas.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL4\_30ago\_ZL\_140; E8\_CL12\_16set\_ZS\_353.

**E8\_18:** Promover ações de prevenção e promoção de saúde em articulação com organizações da sociedade civil e a população imigrante, considerando suas especificidades e necessidades.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC2\_18ago\_ZS\_79; E8\_CL6\_08set\_ZN\_180; E8\_CL18\_15set\_ZC\_420.

**E8\_19**: Ampliar o acesso à informação sobre serviços de saúde gratuitos na cidade.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL7\_09set\_ZS\_215; E8\_CL12\_16set\_ZS\_354.

**E8\_20:** Promover e divulgar o debate sobre as especificidades da saúde da população imigrante incluindo o recorte de gênero e de saúde mental.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC1\_17ago\_ZN\_37.

**E8\_21:** Garantir a formação e contratação de agentes comunitárias/os/es e mediadoras/os/es culturais imigrantes para atuação humanizada e que respeite diferentes culturas nos equipamentos de saúde, lazer e esporte, implementando o artigo 4º § 4 da Lei Municipal 16.478/2016 e o artigo 14 § 6 do Decreto Municipal 57.533/2016.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC1\_17ago\_ZN\_39; E8\_PC2\_18ago\_ZS\_77; E8\_CL2\_25ago\_ZN\_118; E8\_CL2\_25ago\_ZN\_119; E8\_CL6\_08set\_ZN\_179; E8\_CL6\_08set\_ZN\_181; E8\_PC3\_14set\_ZL\_277; E8\_PC4\_15set\_ZCO\_315; E8\_CL11\_16set\_ZC\_342; E8\_CL16\_21set\_ZC\_392a; E8\_CL19\_16set\_ZL\_440; E8\_CL20\_22set\_ZL\_448; E8\_CL20\_22set\_ZL\_449; E8\_CL22\_22set\_ZL\_468.

**E8\_22:** Garantir a inserção de profissionais imigrantes da área da saúde, esportes e lazer nos serviços públicos, por meio de editais de contratação de agentes públicas/os/es.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_PC2\_18ago\_ZS\_77; E8\_CL6\_08set\_ZN\_179; E8\_CL20\_22set\_ZL\_448.

**E8\_23:** Estabelecer cotas para imigrantes nos concursos públicos municipais no setor saúde.

Código de identificação das propostas agrupadas:E8\_CL5\_01set\_ZC\_169.

**E8\_24:** Qualificar agentes de saúde no que concerne às especificidades do atendimento à população imigrante e disponibilização de atendimentos culturalmente sensíveis por meio de unidades móveis de saúde que se desloquem até bairros com grande presença da população imigrante.

Código de identificação das propostas agrupadas:E4\_PC2\_18ago\_ZS\_56.

1. **PROGRAMAÇÃO**

***Credenciamento***

*Sexta-feira, 08 de novembro de 2019.*

*Delegados, participantes e observadores.*

Início: 16h

Encerramento: 20h

*Sábado, 09 de novembro de 2019.*

*Delegados, participantes e observadores.*

Início: 09h

Encerramento: 15h

*\*A partir das 15h até 18h, o credenciamento será somente para* *observadores.*

*Domingo, 10 de novembro de 2019.*

*Credenciamento somente para observadores.*

Início: 09h

Encerramento: 15h

***Manifestações culturais imigrantes***

*Sábado, 09 de novembro de 2019.*

Das 13h às 14h, na Área do Ginásio de Vôlei.

*Domingo, 10 de novembro de 2019.*

Das 13h às 14h, na Área do Ginásio de Vôlei.

***Feira de gastronomia imigrante***

*Sábado, 09 de novembro de 2019.*

Das 11h às 15h, na Área do Ginásio de Vôlei.

*Domingo, 10 de novembro de 2019.*

Das 11h às 15h, na Área do Ginásio de Vôlei.

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

***Sexta-feira 08 de novembro de 2019  - Das 16h às 22h***

*Das 16h às 17h:* Credenciamento e café receptivo

*Das 17h às 17h30:* Cerimônia de abertura e Lançamento do estudo “Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo” (realizado pela Comissão Econômica para América Latina - CEPAL)

*Das 17h30 às 18h15:* Saudação de especialistas sobre Imigração no Brasil e no Mundo

*Das 18h15 às 19h:* Apresentação e discussão sobre o estudo “Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo” (realizado pela Comissão Econômica para América Latina - CEPAL)

*Das 19h às 21h30:* Leitura, discussão e aprovação de regimento interno.

***Sábado 09 de novembro de 2019 - Das 9h às 18h: Grupos de Trabalho***

*Das 09h às 10h:* Credenciamento e café receptivo.

*Das 10h às 12h30:* Apresentação do tema, organização e início das discussões.

*Das 13h às 14h:* Almoço (Feira de Gastronomia Imigrante)

*Das 14h às 16h30:* Seguimento das discussões.

*Das 16h30 às 17h:* Pausa para café.

*Das 17h às 18h:* Priorização de 10 propostas a serem levadas para votação em plenário.

***Domingo 10 de novembro de 2019 - Das 9h às 18h: Plenária Final***

*Das 09h às 10h:* Café receptivo.

*Das 10h às 12h30:* Leitura das propostas dos Grupos de Trabalho, destaques e início da discussão.

*Das 13h às 14h:* Almoço (Feira de Gastronomia Imigrante)

*Das 14h às 16h30:* Seguimento das discussões e aprovação das propostas prioritárias.

*Das 16h30 às 17h:* Pausa para café.

*Das 17h às 18h:* Leitura e aprovação das moções apresentadas pelos conferencistas.

1. **ANEXOS**

## **Anexo 1 - Lei Municipal 16.478/16, de 8 de julho de 2016**

LEI Nº 16.478, DE 8 DE JULHO DE 2016

(Regulamentada pelo Decreto nº [57.533](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5753/57533/decreto-n-57533-2016-regulamenta-a-lei-n-16478-de-8-de-julho-de-2016-que-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante)/2016)

Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes.

(Projeto de Lei nº 142/16, do Executivo)

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 21 de junho de 2016, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal para a População Imigrante, a ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, sob articulação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com os seguintes objetivos:

I - garantir ao imigrante o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos;

II - promover o respeito à diversidade e à interculturalidade;

III - impedir violações de direitos;

IV - fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil.

Parágrafo único. Considera-se população imigrante, para os fins desta lei, todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação imigratória e documental.

Art. 2º São princípios da Política Municipal para a População Imigrante:

I - igualdade de direitos e de oportunidades, observadas as necessidades específicas dos imigrantes;

II - promoção da regularização da situação da população imigrante;

III - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos dos imigrantes;

IV - combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação;

V - promoção de direitos sociais dos imigrantes, por meio do acesso universalizado aos serviços públicos, nos termos da legislação municipal;

VI - fomento à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º São diretrizes da atuação do Poder Público na implementação da Política Municipal para a População Imigrante:

I - conferir isonomia no tratamento à população imigrante e às diferentes comunidades;

II - priorizar os direitos e o bem-estar da criança e do adolescente imigrantes, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - respeitar especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência;

IV - garantir acessibilidade aos serviços públicos, facilitando a identificação do imigrante por meio dos documentos de que for portador;

V - divulgar informações sobre os serviços públicos municipais direcionadas à população imigrante, com distribuição de materiais acessíveis;

VI - monitorar a implementação do disposto nesta lei, apresentando relatórios periódicos sobre o seu cumprimento, respeitadas as hipóteses legais de sigilo;

VII - estabelecer parcerias com órgão e/ou entidades de outras esferas federativas para promover a inclusão dos imigrantes e dar celeridade à emissão de documentos;

VIII - promover a participação de imigrantes nas instâncias de gestão participativa, garantindo-lhes o direito de votar e ser votado nos conselhos municipais;

IX - apoiar grupos de imigrantes e organizações que desenvolvam ações voltadas a esse público, fortalecendo a articulação entre eles;

X - prevenir permanentemente e oficiar as autoridades competentes em relação às graves violações de direitos da população imigrante, em especial o tráfico de pessoas, o trabalho escravo, a xenofobia, além das agressões físicas e ameaças psicológicas no deslocamento.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal deverá oferecer acesso a canal de denúncias para atendimento dos imigrantes em casos de discriminação e outras violações de direitos fundamentais ocorridas em serviços e equipamentos públicos.

Art. 4º Será assegurado o atendimento qualificado à população imigrante no âmbito dos serviços públicos municipais, consideradas as seguintes ações administrativas:

I - formação de agentes públicos voltada a:

a) sensibilização para a realidade da imigração em São Paulo, com orientação sobre direitos humanos e dos imigrantes e legislação concernente;

b) interculturalidade e línguas, com ênfase nos equipamentos que realizam maior número de atendimentos à população imigrante;

II - contratação de agentes públicos imigrantes, nos termos da Lei nº [13.404](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2002/1340/13404/lei-ordinaria-n-13404-2002-dispoe-sobre-o-acesso-de-brasileiros-e-estrangeiros-aos-cargos-funcoes-e-empregos-publicos-na-administracao-municipal-direta-e-indireta-previsto-no-artigo-37-inciso-i-da-constituicao-federal-com-a-redacao-dada-pela-emenda-constitucional-n-19-98-e-da-outras-providencias), de 8 de agosto de 2002;

III - capacitação dos conselheiros tutelares para proteção da criança e do adolescente imigrante;

IV - designação de mediadores culturais nos equipamentos públicos com maior afluxo de imigrantes para auxilio na comunicação entre profissionais e usuários.

Art. 5º A Política Municipal para a População Imigrante será implementada com diálogo permanente entre o Poder Público e a sociedade civil, em especial por meio de audiências, consultas públicas e conferências.

§ 1º Deverá ser criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Conselho Municipal de Imigrantes, com atribuição de formular, monitorar e avaliar a Política instituída por esta lei, assegurada composição paritária entre o Poder Público e a sociedade civil.

§ 2º Os representantes da sociedade civil deverão ser, em sua maioria, imigrantes e serão escolhidos por eleição aberta e direta, em formato a ser definido na regulamentação desta lei.

Art. 6º O Poder Público deverá manter Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes - CRAI, destinados à prestação de serviços específicos aos imigrantes e à articulação do acesso aos demais serviços públicos, permitido o atendimento em unidades móveis.

Art. 7º São ações prioritárias na implementação da Política Municipal para a População Imigrante:

I - garantir à população imigrante o direito à assistência social, assegurando o acesso aos mínimos sociais e ofertando serviços de acolhida ao imigrante em situação de vulnerabilidade social;

II - garantir o acesso universal da população imigrante à saúde, observadas:

a) as necessidades especiais relacionadas ao processo de deslocamento;

b) as diferenças de perfis epidemiológicos;

c) as características do sistema de saúde do país de origem;

III - promover o direito do imigrante ao trabalho decente, atendidas as seguintes orientações:

a) igualdade de tratamento e de oportunidades em relação aos demais trabalhadores;

b) inclusão da população imigrante no mercado formal de trabalho;

c) fomento ao empreendedorismo;

IV - garantir a todas as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas imigrantes o direito à educação na rede de ensino público municipal, por meio do seu acesso, permanência e terminalidade;

V - valorizar a diversidade cultural, garantindo a participação da população imigrante na agenda cultural do Município, observadas:

a) a abertura à ocupação cultural de espaços públicos;

b) o incentivo à produção intercultural;

VI - coordenar ações no sentido de dar acesso à população imigrante a programas habitacionais, promovendo o seu direito à moradia digna, seja provisória, de curto e médio prazo ou definitiva;

VII - incluir a população imigrante nos programas e ações de esportes, lazer e recreação, bem como garantir seu acesso aos equipamentos esportivos municipais.

Art. 8º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. A Política Municipal para a População Imigrante será levada em conta na formulação dos Programas de Metas do Município, Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 9º O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de julho de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 8 de julho de 2016.

## **Anexo 2 - Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016**

Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este decreto regulamenta a Lei nº [16.478](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2016/1647/16478/lei-ordinaria-n-16478-2016-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante-dispoe-sobre-seus-objetivos-principios-diretrizes-e-acoes-prioritarias-bem-como-sobre-o-conselho-municipal-de-imigrantes), de 8 de julho de 2016, definindo procedimentos e ações a serem adotados no âmbito do Poder Executivo Municipal de São Paulo para a implementação da Política Municipal para a População Imigrante - PMPI.

Capítulo II

DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 2º O Poder Público Municipal deverá incentivar o fortalecimento e a articulação de coletivos e associações de imigrantes e de organizações da sociedade civil que promovam ações voltadas a esta população, por meio, dentre outras iniciativas, de editais, oficinas de formação, orientação e apoio aos grupos que queiram constituir tais associações.

Parágrafo único. Como forma de incentivo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC realizará e divulgará mapeamento colaborativo anual dos coletivos, associações e organizações da sociedade civil referidos no "caput" deste artigo, indicando o perfil de sua atuação.

Art. 3º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão permitir e promover a participação de imigrantes como candidatos e eleitores nos conselhos, comitês e órgãos colegiados sob sua responsabilidade.

Seção I

Do Conselho Municipal de Imigrantes

Art. 4º Fica instituído o Conselho Municipal de Imigrantes - CMI, órgão consultivo vinculado à Coordenação de Políticas para Migrantes, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC.

Art. 5º Compete ao CMI:

I - participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal para a População Imigrante de São Paulo, assim como das outras políticas desenvolvidas pelo poder público voltadas a esta população;

II - defender e promover os direitos das pessoas imigrantes, bem como sua inclusão social, cultural, política e econômica, por meio da articulação interinstitucional entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e organizações da sociedade civil compostas por ou de apoio a imigrantes;

III - trabalhar de forma articulada com os conselheiros imigrantes eleitos para os Conselhos Participativos Municipais, visando à descentralização das políticas públicas;

IV - pronunciar-se sobre matérias que lhes sejam submetidas pela Coordenação de Políticas para Migrantes ou outros entes da Administração Pública;

V - fomentar e estimular o associativismo e a participação política das pessoas imigrantes nos organismos públicos e movimentos sociais;

VI - convocar e realizar, a cada 2 (dois) anos, as Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes e audiências e consultas públicas que envolvam a população imigrante.

Art. 6º O Conselho Municipal de Imigrantes terá composição paritária entre Poder Público e sociedade civil, na qual pelo menos 50% (cinquenta por cento) devem ser mulheres, conforme Lei nº [15.946](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2013/1594/15946/lei-ordinaria-n-15946-2013-dispoe-sobre-a-composicao-minima-de-50-de-mulheres-nos-conselhos-do-controle-social-e-da-outras-providencias), de 23 de dezembro de 2013, e contará com os seguintes titulares e respectivos suplentes:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, que responderá pela Secretaria Executiva;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura - SMC;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE;

V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS;

VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SME;

VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB;

VIII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde - SMS;

IX - 8 (oito) representantes da sociedade civil.

§ 1º Os representantes e suplentes das Secretarias Municipais serão indicados pelos titulares das respectivas pastas.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão eleitos por voto direto e secreto, a partir de critérios estabelecidos em regimento interno, entre membros de coletivos, associações ou organizações compostas por imigrantes ou de apoio a imigrantes, juridicamente formalizados ou não, ou pessoas físicas imigrantes.

§ 3º Os conselheiros da sociedade civil deverão ser, em sua maioria, imigrantes.

§ 4º O Comitê poderá consultar ou convidar às reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades públicos e privados, movimentos sociais ou organismos internacionais, além de especialistas, acadêmicos ou personalidades com destacada atuação na área de direitos da população imigrante, sempre que entender necessário para o cumprimento de suas finalidades institucionais.

§ 5º O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, a Câmara Municipal de São Paulo, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, a Defensoria Pública da União - DPU, a Defensoria Pública do Estado - DPE e o Ministério Público do Trabalho - MPT terão assento reservado no Comitê para, querendo, atuarem como membros observadores.

§ 6º Os membros do Conselho representantes da sociedade civil terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição uma única vez.

§ 7º A função de membro do Conselho não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço público.

§ 8º O Conselho Municipal de Imigrantes será presidido por um de seus membros, eleito pelo próprio colegiado, com presidência rotativa entre sociedade civil e Poder Público e mandato de 1 (um) ano.

§ 9º Os representantes da primeira composição do Conselho Municipal de Imigrantes serão designados pelo Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por portaria, os quais deverão elaborar e aprovar o regimento interno do colegiado e convocar eleições dentro de 6 (seis) meses, contados da publicação da referida portaria.

Capítulo III

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO IMIGRANTE

Seção I

Da Identificação

Art. 7º Para fins de identificação individual no âmbito dos serviços públicos e para fins de participação em editais e nas eleições para órgãos colegiados públicos municipais, serão aceitos documentos oficiais com foto, ainda que emitidos em país estrangeiro, ou comprovantes de solicitação da emissão de documentos, tais como passaporte, cédula de identidade do país de origem, Registro Nacional de Estrangeiros - RNE, Protocolo de Solicitação do Registro Nacional de Estrangeiros, Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio e Carteira de Trabalho e Previdência Social, salvo disposição legal em contrário.

§ 1º Para fins de inscrição em editais e concessão de benefícios, como gratuidade no transporte público, os sistemas de cadastro deverão ser adaptados para atender ao disposto no "caput" deste artigo, sem prejuízo de outros requisitos específicos para a concessão do benefício ou acesso ao edital.

§ 2º O Poder Público Municipal deverá zelar para que exigências burocráticas no cadastro não obstem o atendimento à população imigrante.

Seção II

Da Transparência

Art. 8º A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para Migrantes, fará sistematização de dados e publicará relatório estatístico de atendimentos à população imigrante em seu portal na internet e em outros meios que julgar adequados, garantida a privacidade dos atendidos e a não publicação de sua identificação individual.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais que realizam atendimentos a imigrantes deverão enviar à SMDHC, anualmente ou sempre que solicitado, dados desagregados sobre os atendimentos realizados e o perfil da população atendida.

Seção III

Dos Equipamentos Públicos de Atendimento

Art. 9º O Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes - CRAI será mantido e supervisionado pela SMDHC, e terá como principais objetivos:

I - promover o acesso a direitos e à inclusão social, cultural e econômica da população imigrante, por meio de atendimento especializado e multilíngue, de forma articulada com outros equipamentos públicos e organizações da sociedade civil;

II - apoiar e promover oficinas, seminários e palestras de capacitação e sensibilização de agentes públicos em geral, incluídos os Conselheiros Tutelares, para o atendimento à população imigrante;

III - produzir e compilar dados e informações sobre os atendimentos e encaminhá-los anualmente à SMDHC, na forma do artigo 8º deste decreto;

IV - auxiliar a Administração Pública Municipal em situações emergenciais ocasionadas pela eventual chegada de grandes contingentes de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade.

§ 1º O atendimento especializado referido no inciso I do "caput" deste artigo compreende a orientação para regularização migratória, oferecimento e encaminhamento para cursos de português e serviços públicos, cadastramento para benefícios sociais e outras ações de intermediação para a efetivação de direitos dos imigrantes.

§ 2º Nos casos de violações de direitos relacionadas à imigração, tais como tráfico de pessoas, trabalho escravo, xenofobia e violações decorrentes do processo de deslocamento, o CRAI atuará em conjunto com a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos para fazer cessar e reparar tais violações.

Seção IV

Da Qualificação para o Atendimento à População Imigrante

Art. 10 O atendimento à população imigrante, de responsabilidade de cada Secretaria Municipal, compreenderá a formação intercultural, sobre migrações e em línguas, com ênfase nos equipamentos que realizam maior número de atendimentos à população imigrante, por meio de oficinas ou cursos ministrados por imigrantes e refugiados, pela contratação de agentes públicos imigrantes, nos termos da Lei nº [13.404](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2002/1340/13404/lei-ordinaria-n-13404-2002-dispoe-sobre-o-acesso-de-brasileiros-e-estrangeiros-aos-cargos-funcoes-e-empregos-publicos-na-administracao-municipal-direta-e-indireta-previsto-no-artigo-37-inciso-i-da-constituicao-federal-com-a-redacao-dada-pela-emenda-constitucional-n-19-98-e-da-outras-providencias), de 8 de agosto de 2002.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá, ainda, designar mediador cultural nos equipamentos públicos com maior afluxo de imigrantes, com a competência de promover o acesso da população imigrante aos serviços oferecidos, articular a comunicação entre profissionais e usuários e promover a efetivação do princípio da interculturalidade.

Seção V

Da Atuação das Secretarias Municipais

Subseção I

Da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Art. 11 Caberá à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS:

I - proceder à inserção das famílias imigrantes em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social do Governo Federal - Cadúnico;

II - assegurar que a rede de atendimento em assistência social do Município de São Paulo atenda à população imigrante, considerando suas especificidades.

§ 1º Na análise da situação de vulnerabilidade social do imigrante para concessão de direitos e benefícios socioassistenciais, o agente público deve levar em conta critérios específicos concernentes a esta população, tais como a inexistência de rede familiar e de vínculos comunitários no Município e as dificuldades enfrentadas no processo de deslocamento e chegada ao país.

§ 2º O tratamento dos dados pessoais da população imigrante atendida deve assegurar sua privacidade e segurança, garantido o sigilo dos dados de solicitantes de refúgio e refugiados.

§ 3º No atendimento socioassistencial da população imigrante egressa do sistema prisional, a SMADS deverá articular-se com as instâncias governamentais assistenciais de todos os níveis federativos, especialmente no que concerne à situação da mulher imigrante egressa e suas(seus) filhas(os) menores de idade.

Art. 12 Na oferta de serviços de acolhida à população imigrante, a SMADS deverá:

I - ofertar serviços específicos para esta população, independentemente da situação migratória e documental, conforme o artigo 4º, inciso II, da Lei nº [12.316](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1997/1231/12316/lei-ordinaria-n-12316-1997-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-poder-publico-municipal-a-prestar-atendimento-a-populacao-de-rua-na-cidade-de-sao-paulo), de 16 de abril de 1997;

II - assegurar atenção ao princípio da reunião familiar no atendimento nas casas de acolhida, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente, bem como o respeito à diversidade cultural e religiosa;

III - instituir processo participativo de supervisão da gestão dos centros de acolhida, com a inclusão de imigrantes;

IV - garantir que as casas de acolhida atuem na construção da autonomia dos usuários e em sua inclusão social, de forma articulada com o CRAI e demais instâncias públicas e privadas atuantes na área.

Subseção II

Da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres

Art. 13 Cabe à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres - SMPM:

I - capacitar o pessoal de equipamentos públicos relativamente a questões de gênero e para a atenção às mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica e familiar, garantindo o acesso à proteção da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e à acolhida, tendo em conta a vulnerabilidade frequentemente agravada pela ausência de rede familiar no país;

II - realizar campanhas e ações preventivas sobre violência contra a mulher direcionadas à população imigrante, nos termos do artigo 3º, inciso V, da Lei nº [16.478](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2016/1647/16478/lei-ordinaria-n-16478-2016-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante-dispoe-sobre-seus-objetivos-principios-diretrizes-e-acoes-prioritarias-bem-como-sobre-o-conselho-municipal-de-imigrantes), de 2016, inclusive diretamente com as comunidades imigrantes;

III - acolher e proteger a mulher em risco em decorrência da violência doméstica e familiar, assim como de suas(seus) filhas(os) menores, em conformidade com a Política de Enfrentamento à Violência de Gênero do Município de São Paulo, independentemente de sua situação imigratória e documental.

Subseção III

Da Secretaria Municipal da Saúde

Art. 14 Cabe à Secretaria Municipal da Saúde - SMS promover o acesso à saúde culturalmente adequado para toda a população imigrante, independentemente de sua situação imigratória e documental, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, segundo as seguintes diretrizes:

I - promover a assistência de saúde em sua integralidade, articulando ações e serviços preventivos e curativos individuais e coletivos em saúde física e mental, atentando-se às especificidades culturais e religiosas dos imigrantes em suas diferentes fases da vida;

II - proporcionar atenção e cuidado específico aos grupos vulneráveis com necessidade de atendimento especial oriunda do processo de deslocamento ou das condições de vida no país;

III - desenvolver planos e programas de saúde que contemplem as especificidades da saúde dos imigrantes, relacionados aos diferentes perfis epidemiológicos e à abrangência do sistema de saúde de seus países de origem, inclusive em saúde preventiva;

IV - fornecer atenção integral à saúde da mulher imigrante, realizando planos e programas de atenção, promoção e respeito aos seus direitos sexuais e reprodutivos, levando em consideração sua diversidade em todas as fases do ciclo da vida, inclusive com promoção do parto humanizado e intercultural, por meio da ampliação das casas de parto, sua preparação para o atendimento a imigrantes e de ações de prevenção e combate à violência obstétrica;

V - realizar ações de promoção da saúde voltadas para a população imigrante, com campanhas de informação adaptadas em termos linguísticos e culturais, nos termos do artigo 3º, inciso V, da Lei nº [16.478](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2016/1647/16478/lei-ordinaria-n-16478-2016-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante-dispoe-sobre-seus-objetivos-principios-diretrizes-e-acoes-prioritarias-bem-como-sobre-o-conselho-municipal-de-imigrantes), de 2016, inclusive diretamente com as comunidades;

VI - estimular a contratação de agentes comunitários de saúde imigrantes, cujo conhecimento das comunidades deverá fortalecer as demais ações na área de saúde, sem prejuízo da contratação de profissionais imigrantes para todas as carreiras de saúde.

Subseção IV

Da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

Art. 15 A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE deverá zelar pela igualdade de tratamento e de oportunidades do trabalhador imigrante em relação ao trabalhador brasileiro e implementar ações voltadas à inclusão da população imigrante no mercado formal de trabalho, tais como:

I - celebrar convênios com o Ministério do Trabalho para emissão descentralizada da carteira de trabalho nos equipamentos públicos municipais, obedecidas as regras específicas editadas pelo governo federal;

II - incentivar, por meio de acordos de cooperação com instituições financeiras, a inserção do imigrante no sistema bancário, e atuar perante essas instituições a fim de promover o seu acesso ao microcrédito;

III - realizar orientação profissional, inclusive para imigrantes com ensino superior, para facilitar sua inserção no mercado de trabalho;

IV - atuar perante os órgãos competentes e oferecer cooperação para que facilitem o reconhecimento de certificados de estudos e registro profissional em entidades de classe, considerando o artigo 44 da Lei Federal nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Art. 16 As ações e programas voltados à empregabilidade da população imigrante, desenvolvidas pela SDTE, incluirão:

I - o cadastro nas agências de emprego do sistema público e a orientação sobre direitos trabalhistas e previdenciários, em estruturas adequadas e com pessoal formado para atender aos imigrantes, além da oferta eventual do mesmo serviço na sede do CRAI;

II - encontros específicos para intermediação de contratação de imigrantes, a fim de promover a aproximação entre empresas interessadas e trabalhadores;

III - parcerias com cursos de formação profissional adaptados às necessidades da população imigrante, como a flexibilização da documentação exigida na inscrição, diversificação de horários de oferta e apoio à sua permanência;

IV - promoção da sensibilização permanente e orientação nas empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil sobre a contratação de trabalhadores imigrantes, por meio de campanhas de divulgação da legislação concernente e de exposição de experiências de contratação de trabalhadores imigrantes, dentre outras iniciativas.

Parágrafo único. As ações listadas neste artigo devem atender também aos imigrantes egressos do sistema prisional.

Art. 17 A SDTE deve fornecer incentivo e apoio técnico aos empreendedores imigrantes, incluindo-os nas ações previstas no Decreto nº [56.475](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5647/56475/decreto-n-56475-2015-disciplina-o-tratamento-diferenciado-e-favorecido-a-ser-dispensado-as-microempresas-me-e-as-empresas-de-pequeno-porte-epp-no-ambito-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-de-sao-paulo-para-os-fins-de-contratacoes-pu-blicas-de-bens-servicos-e-obras-em-conformidade-com-os-artigos-42-a-49-da-lei-complementar-federal-n-123-de-14-de-dezembro-de-2006-com-alteracoes-instituidas-pela-lei-complementar-federal-n-147-de-7-de-agosto-de-2014-que-institui-o-estatuto-nacional-da-microempresa-e-da-empresa-de-pequeno-porte), de 5 de outubro de 2015, promovendo o acesso ao crédito e ao microcrédito e a formação de cooperativas e outras formas de economia solidária, priorizando mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

§ 1º O Poder Público Municipal divulgará e orientará o processo de regularização do microempreendedor individual imigrante, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º A Prefeitura do Município de São Paulo, em articulação com as Subprefeituras, apoiará a regularização das feiras de comunidades de imigrantes, no que couber.

Art. 18 O Poder Público Municipal deve zelar pelo gozo de condições de trabalho seguras e decentes pela população imigrante, cabendo à SDTE e à SMDHC, segundo suas competências:

I - a promoção de campanhas de divulgação, nos termos do artigo 3º, inciso V, da Lei nº [16.478](https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2016/1647/16478/lei-ordinaria-n-16478-2016-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante-dispoe-sobre-seus-objetivos-principios-diretrizes-e-acoes-prioritarias-bem-como-sobre-o-conselho-municipal-de-imigrantes), de 2016, sobre direitos trabalhistas e informações de contato de instituições que prestem assessoria jurídica para a garantia desses direitos;

II - o diálogo com centrais sindicais e sindicatos para promover a participação e filiação de imigrantes nas entidades;

III - a atenção a que os mecanismos para a prevenção e o enfrentamento ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e trabalho infantil do Município de São Paulo contemplem a população imigrante e suas especificidades;

IV - o desenvolvimento de ações específicas de inclusão profissional e incentivo ao empreendedorismo para os imigrantes resgatados de situação de trabalho escravo e tráfico de pessoas.

Subseção V

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 19 É garantido a todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes o direito à educação, por meio do ingresso, permanência e terminalidade na rede de ensino público municipal, não constituindo obstáculo ao exercício deste direito a impossibilidade de comprovação documental, cabendo à Secretaria Municipal de Educação - SME:

I - desburocratizar os procedimentos e adaptar os sistemas para garantir a inscrição da população imigrante nos estabelecimentos de ensino municipais, assim como registrar a nacionalidade dos pais ou responsáveis legais de todos os alunos no ato da matrícula, para fins de levantamento estatístico e formulação de políticas públicas;

II - flexibilizar a documentação exigida com vistas a facilitar o reconhecimento das atividades escolares e certificados do país de origem, considerando o artigo 44 da Lei Federal nº 9.474, de 1997;

III - orientar a realização, no ato da matrícula, de análises de classificação que tenham em conta as peculiaridades do aluno imigrante, particularmente aquelas relacionadas à língua portuguesa e possíveis diferenças de conteúdo dos sistemas de ensino de origem, de modo a permitir tanto o acesso ao ensino em compatibilidade com seus conhecimentos prévios quanto a expedição do histórico escolar completo ao final do ciclo de estudos.

Art. 20 A educação observará o princípio da interculturalidade, promovendo o diálogo entre as diferentes culturas, a cidadania democrática e a cultura de paz, cabendo ao Poder Público Municipal:

I - priorizar e ampliar ações educativas de combate à xenofobia, considerando as suas interfaces com as demais formas de discriminação;

II - introduzir conteúdos que promovam a interculturalidade e a valorização das culturas de origem dos alunos imigrantes ou filhos de imigrantes dentro das grades curriculares, em todas as disciplinas e etapas de educação, com inclusão de materiais pedagógicos sobre a temática das correntes migratórias contemporâneas, compreendendo o refúgio, e o diálogo intercultural;

III - fortalecer e ampliar programas de formação intercultural voltados para profissionais de ensino;

IV - promover, divulgar e garantir apoio pedagógico, material e institucional a projetos de acolhimento, promoção da interculturalidade e valorização da cultura de origem dos alunos imigrantes e de suas famílias, com sua participação, nos estabelecimentos de ensino e equipamentos públicos municipais em geral.

Subseção VI

Da Secretaria Municipal de Cultura

Art. 21 Cabe à Secretaria Municipal de Cultura - SMC garantir às populações imigrantes o direito à cultura e à cidadania cultural, promover uma cultura de valorização da diversidade, com garantia de participação dos imigrantes na programação cultural do Município, abertura à ocupação de equipamentos públicos de cultura por esta população e incentivo à produção cultural fundada na interculturalidade, por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - promoção e apoio à realização de encontros, festividades populares, feiras gastronômicas e culturais de imigrantes, inclusive com cessão de equipamentos públicos para sua realização;

II - manter diálogo permanente entre coletivos, grupos e agentes culturais imigrantes e gestores públicos, visando aproximar Poder Público e sociedade civil, fortalecer a interação entre ambos e promover a ocupação dos equipamentos públicos pelos imigrantes;

III - atentar para as especificidades da população imigrante nos editais públicos de incentivo à cultura de forma a ampliar a inserção de projetos de imigrantes, por meio das seguintes ações, dentre outras:

a) desburocratização de exigências documentais, nos termos do artigo 2º deste decreto;

b) inclusão de imigrantes ou de membros da Coordenação de Políticas para Migrantes, da SMDHC, na avaliação dos projetos culturais;

c) considerar a experiência e o tempo de atuação dos artistas ou coletivos imigrantes em seus países de origem no processo de avaliação;

d) considerar a distribuição diferenciada das comunidades imigrantes no território no processo de avaliação;

IV - apoiar coletivos e associações culturais de imigrantes por meio de oficinas de capacitação para participação em editais ou tradução e simplificação de sua linguagem, em parceria com a SMDHC e o CRAI;

V - promover programas perante as populações imigrantes de produção de conteúdo digital, comunicação multimídia e produção audiovisual;

VI - incentivar o acesso aos equipamentos e programações culturais municipais, inclusive pela abertura aos coletivos de imigrantes para a proposição de atividades nestes espaços, assim como aquisição de materiais multilíngues nas bibliotecas municipais;

VII - implementação de equipamentos culturais voltados para a população e a cultura imigrante, inclusive por meio das Casas e Pontos de Cultura;

VIII - divulgar, com materiais acessíveis, as ações e programas culturais do Município e suas formas de participação;

IX - mapear, reconhecer e valorizar, em parceria com o Conselho Municipal de Imigrantes, espaços públicos de relevância histórica, artística e cultural para as comunidades de imigrantes da cidade, visando fomentar a integração e estimular atividades culturais.

Subseção VII

Da Secretaria Municipal de Habitação

Art. 22 Cabe à Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB promover o direito à moradia digna para a população imigrante, em uma abordagem que compreenda tanto a moradia transitória, de curto e médio prazo, quanto a definitiva, por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - adaptar programas e instrumentos legais da política habitacional municipal de modo que possam contemplar os imigrantes, inclusive com adaptação das exigências documentais, nos termos do artigo 2º deste decreto, e dos sistemas de cadastro;

II - garantir ao imigrante acesso à informação sobre os programas de habitação e ao cadastro nesses programas;

III - possibilitar o acesso da população imigrante a programas de moradia transitória, com a adaptação das exigências para inscrição em tais programas às especificidades desta população;

IV - inserir a população imigrante nos programas vigentes de acesso à casa própria, inclusive aqueles do Governo Federal intermediados pelo Município;

V - celebrar parcerias com associações, cooperativas de crédito, financiamentos de interesse social, dentre outros, para apoio à construção de unidades habitacionais;

VI - atuar na relação entre a população imigrante e o mercado imobiliário, promovendo a sensibilização de agências imobiliárias e proprietários para que não obstem a assinatura de contratos de locação com imigrantes nem lhes imponham condições discriminatórias de contratação;

VII - promover a divulgação e a fiscalização das condições mínimas de habitabilidade nas residências de aluguéis coletivos, nos termos da legislação municipal, em articulação intersecretarial e com as Subprefeituras;

VIII - promover campanhas voltadas para a população imigrante sobre direito à moradia digna e mercado habitacional na Cidade de São Paulo.

Subseção VIII

Da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

Art. 23 A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME deve garantir a inclusão da população imigrante nos seus programas e ações de esportes, lazer e recreação, bem como seu acesso aos equipamentos esportivos municipais, visando promover sua socialização e bem-estar, cabendo-lhe:

I - apoiar os eventos esportivos organizados por associações e coletivos de imigrantes;

II - promover ações e espaços de troca entre imigrantes e brasileiros nos equipamentos esportivos municipais, trabalhando pelo enfrentamento à discriminação;

III - estimular a participação da população imigrante, incluindo mulheres e crianças, nos eventos realizados pela Secretaria;

IV - garantir a abertura à participação de imigrantes e suas associações e coletivos nos editais públicos de incentivo a atividades esportivas e de lazer, prevendo incentivos à participação e contemplação de projetos de mulheres;

V - promover campanhas de divulgação voltadas para a população imigrante, com materiais acessíveis, sobre a agenda de esportes e lazer do Município, seus programas e ações.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 25 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 15 de dezembro de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

FELIPE DE PAULA, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 15 de dezembro de 2016.

## **Anexo 3 - Resolução n° 01/CMI/2019**

Nour Massoud, Presidente do Conselho Municipal de Imigrantes, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a realização da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes que ocorreu entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO a Política Municipal para a População Imigrante, instituída pela Lei 16.478, de 08 de julho de 2016, e regulamentada pelo Decreto 57.533, de 15 de dezembro de 2016, e sua definição de população imigrante “todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação imigratória e documental”;

CONSIDERANDO o artigo 5º da Lei 16.478, de 08 de julho de 2016, que determina que a Política Municipal para a População Imigrante será implementada com diálogo permanente entre o Poder Público e a sociedade civil, em especial por meio de audiências, consultas públicas e conferências;

CONSIDERANDO o Decreto 57.533, de 15 de dezembro de 2016, que atribui ao Conselho Municipal de Imigrantes convocar e realizar, a cada 2 (dois) anos, as Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes e Audiências e Consultas Públicas que envolvam a população; e

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, de caráter consultivo, a se realizar nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2019, na cidade de São Paulo, a qual terá como objetivos:

I. aprofundar o debate sobre imigração;

II. monitorar, avaliar, aprimorar e fortalecer a Política Municipal para a População Imigrante;

III. elaborar propostas e diretrizes que fundamentem as políticas públicas para a população imigrante;

IV. propor bases para a criação de um Plano Municipal;

V. ampliar e promover formas de institucionalização das políticas públicas para a população imigrante; e

VI. promover a participação social e política de imigrantes.

Parágrafo único. A Conferência será precedida pelas seguintes etapas preparatórias, a serem regulamentadas por documento orientador definido pelo Conselho Municipal de Imigrantes:

I - conferências livres, que poderão ser virtuais ou presenciais;

II - submissão de propostas 'on line'; e

III - pré-conferências presenciais.

Art. 2º. A Conferência terá os seguintes eixos:

I. participação social e protagonismo imigrante na governança imigratória local;

II. acesso à assistência social e habitação;

III. valorização e incentivo à diversidade cultural;

IV. proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação;

V. mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços;

VI. promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional;

VII. acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade; e

VIII. acesso à saúde integral, lazer e esporte.

Parágrafo único. A Conferência terá como eixos transversais:

I. aprimorar o atendimento à população imigrante em São Paulo por meio de ações como capacitação de servidores públicos, produção de materiais sobre Direitos Humanos e acesso a serviços públicos, contratação de agentes públicos imigrantes, entre outras;

II. definir e aprimorar os fluxos de atendimento, existentes ou emergenciais, para a população imigrante;

III. zelar pela atenção específica às populações de: mulheres, LGBTI+, crianças e adolescentes, pessoas em privação de liberdade e egressas, pessoas idosas, em situação de rua, vítimas de trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas e pessoas em outras situações de vulnerabilidade social; e

IV. promover o acesso à Justiça.

Art. 3º. A participação na Conferência será aberta ao público, preferencialmente com prévia inscrição.

Art. 4º. A sociedade civil, organizada ou não, poderá realizar Conferências Livres, presenciais ou virtuais, com base no documento orientador supracitado.

§1º. A realização das Conferências Livres deverá ser previamente comunicadas à Comissão Organizadora, bem como seus resultados deverão ser encaminhados.

§2º. As Conferências Livres deverão considerar os eixos temáticos da Conferência.

§3º. A organização e custos das Conferências Livres serão de responsabilidade de seus realizadores.

Art. 5º. A Conferência contará com uma Comissão Organizadora a ser designada mediante resolução do Conselho Municipal de Imigrantes.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora será composta por até trinta e cinco membros, na seguinte conformidade:

I. quinze representantes do Poder Público Municipal;

II. quinze representantes do Grupo de Trabalho da Conferência e da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Imigrantes;

III. o Conselho Municipal de Imigrantes poderá convidar até cinco integrantes externos ao Conselho para contribuições na organização da referida Conferência, no âmbito de convidados que tenham experiência na temática migratória, preferencialmente imigrantes e organizações de imigrantes.

Art. 6º. Caberá à Comissão Organizadora:

I. elaborar o Documento Orientador das etapas preparatórias e o Regimento Interno da Conferência;

II. organizar, acompanhar e avaliar a realização da Conferência;

III. mobilizar a sociedade civil para a participação nesse processo;

IV. sistematizar as propostas resultantes durante todo o processo da Conferência;

V. definir a metodologia da Conferência e orientar o processo de organização desta com base nos eixos temáticos, bem como elaborar documentos técnicos que subsidiarão os debates nos grupos de trabalho; e

VI. definir a composição da sessão oficial de abertura, bem como a sessão inicial dos grupos de trabalho e a condução das plenárias.

Art. 7º. A Comissão Organizadora poderá também constituir subcomissões de trabalho, sob sua coordenação, para as seguintes finalidades:

I. definir a metodologia para a sistematização de propostas e relatoria;

II. coordenar as estratégias de comunicação e divulgação;

II. realizar a articulação e mobilização; e

IV. definir logística e infraestrutura para a realização da Conferência.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora poderá organizar outras subcomissões se assim julgar necessário.

Art. 8º. Será de responsabilidade da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania a execução logística, administrativa e orçamentária da Conferência.

Art. 9º. As deliberações da Comissão Organizadora sobre os documentos relevantes da Conferência e sobre o orçamento deverão ser submetidas nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Imigrantes.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da Conferência e das pré-conferências desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

1. Das 22 CLs, apenas 19 enviaram as propostas e 1 CL não cumpriu o requisito de 50%+1 de imigrantes [↑](#footnote-ref-1)
2. Foi utilizada como referência para a criação do mencionado código de identificação a experiência da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, registrada e publicizada por meio do Caderno de Propostas pós etapa Nacional (Ministério da Justiça, Brasília, junho/ 2014). [↑](#footnote-ref-2)
3. Estas propostas são provenientes da Conferência Livre (CL 15) que não garantiu a participação de, pelo menos, metade mais um de imigrantes no total de participantes presentes na Conferência Livre. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ou seja, não houve nenhuma proposta que não correspondia a nenhum eixo temático; que expressasse desrespeito aos direitos humanos; que não estivesse de acordo com os objetivos da Conferência; que fosse contrária à Política Municipal para População Imigrante. [↑](#footnote-ref-4)
5. Não foi necessária a aplicação do Critério de Priorização (III), que previa a preferência às propostas que contemplassem os eixos transversais da Conferência, e do Critério de Proporção (IV), relativo ao equilíbrio entre as propostas originárias de Pré-Conferências e de Conferências Livres. [↑](#footnote-ref-5)
6. São Paulo (cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação | CEInfo. Aguiar B S, Neves H, Lira M T A M. Alguns aspectos da saúde de imigrantes e refugiados recentes no município de São Paulo. Boletim CEInfo Análise | Ano X, nº 13, Dezembro 2015. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2015. 49 p. [↑](#footnote-ref-6)
7. C. Sampaio e C. Baraldi, “Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo”, Documentos de Projetos (LC/TS.2019/16/Rev.1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. [↑](#footnote-ref-7)